

Diário do Legislativo de 04/05/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PTB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PC do B)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Paulo César

LIDERANÇA DO PL

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Roberto Ramos

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo PFL
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PcdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -15h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado J3esus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jos3e PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PcdoB
Carvalho

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Sebastião BPSP
Costa

Deputada Cec3lia PT/PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado BPSP
Sebastião Costa

Deputado BPSP
Ermano Batista

Deputado Adelmo Carneiro PT/PCdo
Leão B

Deputado George PL
Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corr3ea

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon BPSB
Melo

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Marlos BPSB
Fernandes

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputada Maria PT/PcdoB
Tereza Lara

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSB Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSB
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado Padre João PT/PcdoB

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Durval Ângelo B

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado BPSP
Djalma Dinis

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PcdoB

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Doutor Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado Biel PT/PCdo
Rocha B

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado Weliton PT/PcdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado BPSB
Ermano Batista

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado BPSB
Márcio
Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Luiz BPSB
Humberto Carneiro

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado André PT/PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado Doutor BPSB Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João BPSB
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PcdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSB
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSB Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PcdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSB

Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PcdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/Pcdo Presidente
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Célio PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PcdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSP
Sargento Rodrigues

Deputado PT/Pcdo
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Adelmo PT/Pcdo
Carneiro Leão B

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar BPSP Presidente
da Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/Pcdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/Pcdo
Moraes B

Deputado PFL
Gustavo Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PcdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSB
Resende

Deputado Carlos PT/PcdoB
Gomes

Deputado Paulo César PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio PL Presidente
Passos

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Roberto Carvalho PT/Pcdo
B

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSB
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PcdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUIVITOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

2 - ATAS

2.1 - Ata do Evento Realizado na 26ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15 Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

2.2 - 14ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização de Debate sobre um Novo Modelo Macroeconômico para o Brasil

2.3 - Reunião de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

9 - ERRATA

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

O Conselho da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, em sua reunião do dia 18/4/2005, e nos termos da Resolução nº 2.778 de 27/4/82, decidiu conceder o Mérito Legislativo às seguintes personalidades:

Grande Mérito

Ministro de Estado Alfredo Pereira do Nascimento

Cirurgião Plástico Ivo Hécio Jardim de Campos Pitanguy

Empresário Cleodorvino Belini

Engenheiro Alonso Starling Neto

Mérito Especial

Doutor Alexandre Silveira de Oliveira

Brigadeiro Allemander Jesus Pereira Filho

Desembargador Alvimar de Ávila - promoção

Desembargador Armando Freire

Desembargador Armando Pinheiro Lago

Delegado Regional Carlos Alberto Menezes de Calazans

Juiz Carlos Augusto de Barros Levenhagen

Deputado Carlos Gomes Sampaio Freitas

Médico Charles Simão Filho

Conselheiro Eduardo Carone Costa

Deputada Elisa Maria Costa - promoção

Desembargadora Eulina do Carmo Santos Almeida

Desembargador Francisco de Assis Figueiredo

Deputado Gustavo de Faria Dias Corrêa

Deputado Jésus Mário de Almeida Lima - promoção

Reverendo Jeremias Pereira da Silva - promoção

Reitor João Luiz Martins

Delegado José Arcebisbo da Silva Filho - promoção

Empresária Kátia Rabello

Empresário José Fernando Coura

Desembargador José Francisco Bueno

Desembargador Kelsen do Prado Carneiro

Empresário Luciano Lamoglia Lopes

Empresário Lúcio Pentagna Guimarães

Atleta Márcia Régina Cunha (Márcia Fu)

Engenheiro Márcio Augusto Vasconcelos Nunes

Secretário de Estado Marcos Montes Cordeiro

Desembargadora Maria Elza Campos Zettel

Deputado Marlos Florêncio Fernandes

Médico Paulo Roberto Guimarães

Reverendo Roberto Brasileiro Silva

Engenheiro Romeu Scarioli

Ten.-Cel.Aviador Rufino Antônio da Silva Ferreira

Desembargador Sérgio Antônio de Resende

Vereador Sílvio Higino de Rezende

Advogado Vital Severino Neto

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Secretário de Estado Wilson Nélio Brumer

Cartunista Ziraldo Alves Pinto - promoção

Mérito

Capitão PM Adriano Cesar Ribeiro Araújo

Doutor Alaor Messias Marques Júnior

Ten.-Cel BM Alexandre Marcelo Costa de Oliveira

Juiz Álvares Cabral da Silva

Defensora Pública Andrea Abritta Garzon Tonet

Juíza Andrea Faria Mendes Fonseca

Secretária Municipal Angélica Lemes Cavalcanti

Delegado Anselmo Rezende Gusmão

Juiz Antônio Belasque Filho

Prefeito Antônio Cláudio Godinho

Secretário Municipal Antônio David de Sousa Júnior

Vereador Antônio de Miranda Silva

Advogado Antônio Fabrício de Matos Gonçalves

Capitão PM Antônio José Zinato

Empresário Ariovaldo de Melo Filho

Padre Arlindo Giacomelli

Prefeito Benedito Antônio Guimenti

Prefeito Carlos Alberto Recch Filho

Vereador Carlos César Bonifácio

Promotor de Justiça Carlos Eduardo Dutra Pires

Doutor Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro - promoção

Vereador Carlos Henrique Alves da Silva

Vereador Carlos Roberto de Carvalho

Engenheiro Célio de Faria Silveira

Prefeito Davis Antônio Cardoso Júnior

Delegado Denar Luís Ribeiro Lima

Prefeita Dione Maria Peres

Capitão BM Edgard Estevo da Silva

Prefeito Edson Machado de Andrade

Promotor Edson Ribeiro Baeta

Doutor Eduardo de Mattos Fiuza

Vereador Eliseu Xavier Dias

Vereador Elísio Simões de Oliveira

Senhora Eula Maria de Souza

Empresário Fábio Augusto Ramalho dos Santos

Promotor Fernando Cesar de Mattos

Vereador Fernando Pereira Gomes Neto

Senhor Francisco Sales Jales

Médico Franklin Rivera Ghudor

Engenheiro Gelton Palmieri Abud

Empresário Geraldo Eduardo da Silva Caixeta

Senhor Hermélio Soares Campos

Prefeito Inácio Franco

Senhor Iran Almeida Barbosa

Professora Irene de Melo Pinheiro

Senhor Irmo Casavechia

Artesã Izabel Mendes da Cunha

Delegado Jésus Trindade Barreto Júnior

Vice-Prefeito João Alves de Almeida

Vice-Prefeito João Jesus Macedo

Empresário João Morais Teixeira

Vice-Prefeito Joaquim Gabriel Ferreira

Economista José Alberto de Camargo

Doutor José Geraldo de Oliveira Prado - promoção

Senhor José Geraldo Mendes

Promotor José Silvério Perdigão de Oliveira

Médico Jules Jésus Ayoub

Vice-Prefeito Júlio Mares

Doutor Juscelino Luiz Ribeiro

Prefeito Keny Soares Rodrigues

Doutora Leda Rozzetto

Doutor Leonardo Bergson Castro Sanches

Promotor de Justiça Leonardo Távora Castelo Branco

Doutora Lilliane Marly de Araújo

Promotora de Justiça Luciana Telles Machado da Silva

Ten.Cel-PM Luís Carlos Dias Martins

Procurador de Justiça Luiz Antônio Sasdelli Prudente

Médico Luiz Otávio Fernandes de Andrade

Prefeito Manoel Nonato

Vereador Marcílio Magela de Souza

Empresária Maria Lúcia Clementino Nunes (D. Lucinha)

Procurador de Justiça Mauro Flávio Ferreira Brandão

Médico Mozart de Oliveira

Médico Nelson José Cunha

Ten.-Cel. BM Newmar Soares Silva

Empresário Norival Bonamichi

Advogada Odete Volpini

Engenheiro Odilon Pereira de Andrade Neto

Médico Osmar Jorge Lécio

Vereador Ricardo Chambarelle Santos

Rio Branco Alimentos

Médico Roberto Porto Fonseca

Capitão PM Rodrigo Salvador Zupo Braga

Prefeito Rogério Rocha Rafael

Prefeito Ronaldo Resende Ribeiro

Prefeito Sebastião Antônio Camargo Rossi

Ten.-Cel.PM Sérgio Augusto Veloso Brasil

Jornalista Sérgio Elian Moreira

Vice-Prefeito Tales Tadeu Tavares

TV Leste de Governador Valadares

Delegado Tsuyoshi Yotsumoto

Juiz de Direito Vinícius de Ávila Leite

Vereador Wanderley Rossi Júnior

Palácio da Inconfidência, 3 de maio de 2005.

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 28/4/2005

Presidência dos Deputados Rogério Correia e Padre João

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Padre João - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Palavras de Dom Mauro Morelli - Palavras do Sr. Crispim Moreira - Palavras do Secretário Manoel Costa - Palavras do Sr. Arlindo Gomes Miranda - Palavras do Promotor de Justiça Marcelo de Oliveira Milagres - Palavras da Vereadora Neila Batista - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem a este evento; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Justiça e relator do Projeto de Lei nº 2.028/2005; Crispim Moreira, Diretor da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representando o Ministro Patrus Ananias; Manoel Costa, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e Secretário-Geral do CONSEA-MG; Vereadora Neila Batista, representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Silvinho Rezende; Marcelo de Oliveira Milagres, Promotor de Justiça da Comarca de Betim; Arlindo Gomes Miranda, Consultor do Projeto FAO-MDS da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação; e Exmo. e Revmo. Dom Mauro Morelli, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais e de São Paulo - CONSEA-MG e CONSEA-SP.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à realização do Ciclo de Debates sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, para apresentar e debater a proposta de lei orgânica de segurança alimentar e nutricional de Minas Gerais, o Projeto de Lei nº 2.028/2005.

Palavras do Sr. Presidente

Podemos constatar que, a cada safra agrícola brasileira, o Ministério da Agricultura anuncia resultados que reforçam a posição do Brasil como um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Se essa condição é motivo de orgulho, não se pode dizer o mesmo em relação ao outro lado da realidade, pois uma parcela significativa do nosso povo ainda passa fome.

A contradição entre a eficiência produtiva no campo e a escassez na mesa dos mais pobres é uma das faces expostas da desigualdade econômica e social brasileira. Isso tem provocado mobilizações da sociedade, como a conduzida pelo sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", no início da década passada, e a formulação de políticas públicas, como as que desenvolve o Governo atual.

A fome é, indiscutivelmente, uma das mazelas nacionais que precisa ser erradicada. Por isso, constitui um dos focos centrais dos programas de segurança alimentar estruturados no País, como o Programa Fome Zero, e também em Minas Gerais; contudo, tais programas não se preocupam apenas com a falta de alimentos. O conceito de segurança alimentar e nutricional abrange diversos outros aspectos, como a qualidade dos alimentos, os riscos para a saúde decorrentes da má-alimentação, as condições de produção, os cuidados com o meio ambiente e com a utilização de agrotóxicos, as relações de trabalho, a distribuição, a comercialização e os preços cobrados aos consumidores.

Tal concepção se apóia também no preceito de que todo cidadão deve ter direito a uma alimentação adequada, de forma sustentável, sem o comprometimento de outras necessidades essenciais.

Esse direito, ainda incipiente no contexto brasileiro, vem ganhando força graças às discussões realizadas sobre o assunto no âmbito dos poderes públicos e da sociedade e ao trabalho de instituições, como as que apóiam este evento: o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e a Rede de Educação Cidadã.

O ciclo de debates que estamos iniciando poderá contribuir para darmos um passo importante na conquista desse direito. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais, contida no Projeto de Lei nº 2.028/2005, em tramitação nesta Casa e objeto central deste evento, é instrumento indispensável para a implementação de políticas públicas nesse campo e para a continuidade dos programas que já se encontram em andamento.

Atendendo a uma recomendação da II Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e propondo ações planejadas com envolvimento dos órgãos governamentais e da sociedade, a lei orgânica constitui uma iniciativa pioneira no País, podendo significar um grande avanço na luta pela melhoria das condições de vida da população do Estado.

Gostaria de agradecer aos ilustres expositores, às autoridades, às pessoas e às instituições que colaboraram para a realização deste evento, bem como a todos os presentes, com a certeza de que as informações e discussões que aqui se apresentarem nos darão subsídios importantes para o aperfeiçoamento do projeto de lei em questão. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Padre João

Boa-tarde. Faço uma saudação especial aos colegas da Mesa, que se dispuseram a enriquecer nossos trabalhos na discussão de uma política pública de segurança alimentar. Assim, com a presença de tantas pessoas representando todas as regionais do Estado de Minas Gerais, poderemos aprimorar o Projeto de Lei nº 2.028/2005 em tramitação nesta Casa. Poderemos ter, a partir deste ciclo de debates, um encaminhamento que possibilite tantos outros encontros semelhantes a este, de forma que este projeto seja bem trabalhado pela sociedade. Em nossas plenárias do CONSEA, fala-se muito da importância do controle social, não apenas como fiscalizador, mas também como responsável por ações bem-concretas. Já é uma ação trabalhar e aprimorar esse projeto de lei.

Gostaria de salientar, Dom. Mauro Morelli e conselheiros que vieram das regionais, a abertura do Presidente Deputado Mauri Torres. Já que o projeto era de iniciativa do Governador, tivemos uma reunião com o Líder do PT-PCdoB, com o representante deste bloco na Mesa, Deputado

Rogério Correia, com D. Mauro, Edmar, Gadelha e Eduardo.

Teve total abertura e interesse de discutir esse projeto de lei ao máximo, com grande acolhida nas comissões por onde tramitou. Na Comissão de Constituição e Justiça, o colega Dalmo Ribeiro Silva foi o relator do projeto. Sua posição foi louvável ao colocar em discussão uma emenda ao projeto, com espírito de consolidação das leis. Na parte da lei orgânica, no artigo 11, que trata do CONSEA, incluiu todo o conteúdo da lei delegada e fez uma pequena alteração, não definindo quais as secretarias que compõem o conselho.

Este ciclo de debates pretende resgatar o processo de discussão, em Minas Gerais e no Brasil, em torno da questão alimentar. O acesso ao alimento não deve ser fruto de caridade. Várias entidades trabalham com essa questão de maneira concreta, como vicentinos, espíritas, católicos e evangélicos. Por questão religiosa ou filantrópica, todos tentam matar a fome do povo. Nossa discussão vai além. A política pública de segurança alimentar tem diretrizes e programas em que todos somos responsáveis. Quando o Presidente Itamar Franco criou o CONSEA, formalizou o início de uma política pública nessa área. E mesmo quando o Governo FHC extinguiu o CONSEA nacional, não silenciou o povo, e a sociedade organizada pode fortalecer-se, principalmente em Minas Gerais, com a iniciativa do então Governador Itamar Franco e com a presença de D. Mauro Morelli à frente do CONSEA.

Criou-se o CONSEA em Minas Gerais por meio de uma lei delegada, ou melhor, de um decreto, cuja fragilidade, embora esse decreto tenha texto de lei, conhecemos bem.

Temos de reconhecer a ação do Governador, que por uma lei delegada mantém o CONSEA. Temos de reconhecer também a boa presença de D. Mauro Morelli, sendo interlocutor da sociedade. Saliento que ele é membro do CONSEA por causa da sociedade civil. Mas ressalto a confiança do Governador em tê-lo como Presidente do CONSEA em Minas Gerais.

Somos gratos a D. Mauro. Sabemos que o senhor nasceu em Minas Gerais, portanto, tem esse pé firme aqui no Estado e está contribuindo muito com nossa população. Não é mérito do autor do requerimento a presença de tantas pessoas ocupando as galerias, mas sim de todo o trabalho dos conselheiros, de D. Mauro, do Edmar Gadelha, como Secretário Executivo do CONSEA, e de tantas outras lideranças. Perdoem-me, às vezes, cometemos erros ao destacar alguns nomes, mas é importante fazermos isso. O resultado é fruto do trabalho dessas pessoas. Somos gratos a D. Mauro pelo seu sacrifício, desde quando era Bispo no Rio de Janeiro. Ele está quase liberado. Esse ato foi um dos últimos do Papa João Paulo II. Nesse momento de transição, ele se dedica não apenas a Minas e a São Paulo, mas a todo o Brasil na linha da segurança alimentar nutricional.

Qual a nossa esperança neste evento? Vejo que há dificuldades, alguns pontos ainda não estão claros, e este ciclo de debates poderá nos ajudar a esclarecê-los. Ao discutir essa lei orgânica de segurança alimentar, temos de discutir o papel e a importância do município. Acredito que seja impossível termos uma política sem termos recursos. Por isso, torna-se imprescindível a definição dos papéis do Estado e dos municípios, ou seja, como o Estado garantirá, no orçamento, recursos para essa política em todas as suas fases - estruturação e liberação de pessoal. Temos de liberar mais técnicos para ajudar nos municípios.

O nosso Líder, Deputado André Quintão, sempre atento a essas questões, lembrou a importância de garantir no PPAG esses recursos. Cada município de Minas Gerais está discutindo o orçamento não só para o ano que vem, mas para os próximos quatro anos.

Estão percebendo a nossa responsabilidade? Um dos instrumentos para ajudar nessa discussão, além da razão em torno desse projeto de lei, é termos o CONSEA municipal. Todos devemos sair daqui motivados com o CONSEA municipal e com outros programas que poderemos buscar na linha de segurança alimentar, tanto no Governo do Estado, quanto no Governo Federal. O representante do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome pode destacar esses pontos. Essas são as considerações iniciais. Ressalto que acolheremos todas as sugestões.

É grande a nossa alegria em poder contar com todos vocês no aprimoramento desse projeto de lei. Iremos nos dedicar a esse projeto, para que alcance grande sucesso e eficácia. Às vezes uma lei tem uma tramitação tranqüila, mas não chega ao conhecimento da sociedade. Logo, de nada adianta. Quanto mais ampliarmos essa discussão, mais o acesso à alimentação se tornará algo claro para os cidadãos e cidadãs. E, como sempre falamos, não se trata apenas da quantidade, mas também da qualidade e da regularidade. Ter conhecimento desse direito é importante. A nossa discussão vai possibilitar isso. Obrigado a todos. Sejam bem-vindos. Um bom trabalho para todos nós. Encerrando a minha fala, passo a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que atuou como relator na Comissão de Constituição e Justiça, para que fale um pouco sobre a tramitação desse projeto nesta Casa.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Obrigado, Deputado Padre João. Saúdo V. Exa., os demais membros da Mesa e todos os que fazem parte dos Conselhos Regionais em todo o Estado. Vocês, em suas próprias casas, discutiram ações de grande importância e magnitude. Cumprimento especialmente D. Mauro Morelli, pela sua inteligência, dedicação e idealismo. Ele tem sido, sem dúvida alguma, a nossa grande esperança. Ou seja, pela sua dignidade, transparência e, principalmente, pela sua vontade de servir ao povo, tem sido a esperança dos mineiros e brasileiros. Cumprimento, então, D. Mauro Morelli, de quem recebemos grandes ensinamentos. Ainda temos muito a aprender no decorrer das nossas vidas.

Caríssimo Padre João, além de parabenizar V. Exa., saúdo também os ilustres parlamentares que aqui se encontram, em busca de construir um importante projeto para Minas e para o Brasil. Parabenizo, então, o Deputado Padre João, por ter sido o autor desta audiência pública. Conseguiu trazer para esta Casa representações de várias regiões do Estado. Sem dúvida alguma, tem lutado muito pelas questões referentes à alimentação de sua região.

Nenhum Deputado, nenhum parlamentar pode fazer leis sozinho. Precisamos ouvir a comunidade, e é exatamente o que estamos fazendo neste momento, com a presença maciça de todos vocês, que nos trazem as experiências de cada região, cidade e conselho. Vocês têm prestado grande colaboração ao Estado, pois sempre trazem sugestões que certamente serão aprimoradas na construção desse grande projeto que se encontra em tramitação nesta Casa.

Devo afirmar a todos e a todas que, na qualidade de relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, em algumas fases, pudemos aprimorá-lo por meio de emendas que julgamos necessárias, embora a Comissão de Constituição e Justiça deva analisar apenas os princípios que dão sustentabilidade à tramitação do projeto, ou seja, a legalidade, a jurisdição e a constitucionalidade.

Com certeza, iremos, por meio das comissões, colher sugestões dos senhores e de todos aqueles que desejam um projeto de lei fortalecido em defesa da segurança alimentar, a fim de apresentarmos as emendas. Esta Mesa certamente buscará a sanção do projeto junto ao Governador do Estado.

Esse projeto, de autoria do Governador Aécio Neves, merecerá de todos os presentes essa ampla discussão promovida pelo Deputado Padre João. Temos a certeza de que poderemos aprimorá-lo em outras comissões temáticas da Casa e até mesmo quando o apresentarmos no Plenário para aprovação no 1º e 2º turnos.

Caríssimo Secretário Manoel Costa, manifesto a todos nossa enorme satisfação e alegria pela relatoria do projeto, nesse primeiro momento, com aprovação da Comissão de Constituição e Justiça. Poderemos ouvir de todos as sugestões, que serão bem-vindas para a construção desse grande projeto que representa o sentimento desta audiência pública, como disse muito bem o autor da proposta, o Deputado Padre João.

Temos o dever cívico de nos reunir aqui, recepcionando a todos, na certeza de contribuir com as sugestões e os aprimoramentos necessários, como também o farão todos os senhores, que vieram de várias regiões do Estado.

Que Deus abençoe o nosso trabalho em defesa daqueles que mais necessitam! Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Padre João) - Agradecemos a contribuição do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Elaboramos em nosso gabinete um documento sobre o Projeto de Lei nº 2.028/2005, que já está sendo distribuído aos senhores. Sei que todos têm cópia da lei, só que fizemos esse trabalho em três colunas. Nesse documento já foi colocada sugestão de emenda oriunda de questionamento feito em reunião do CONSEA. Na segunda coluna, consta emenda do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e na terceira, uma emenda discutida pelo próprio CONSEA, encaminhada ao Governador, que, parece, será enviada a esta Casa. Trata-se de emenda que cria cargos, não sendo competência desta Assembléia, já que gera despesas; no entanto, Dom Mauro, em virtude de acordo, o Governador nos encaminhará as emendas que estão na terceira coluna.

Palavras de Dom Mauro Morelli

A minha alma se alegra em Deus, meu salvador, no dia de hoje! Cumprimento, com o coração em festa, na pessoa do Deputado Padre João, toda a Mesa que coordena os trabalhos nesta tarde, com reconhecimento especial às referências tão bondosas e fraternas do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprimento-os também pelo trabalho brilhante que a Comissão de Justiça já realizou, aprovando a substância e reconhecendo que este projeto de lei não fere nenhum dispositivo maior, pelo que já nos alegramos.

Hoje é um dia muito especial em minha vida. Não podia imaginar, há 40 anos, quando ao me deitar no chão da capela, no Seminário e Universidade de Santa Maria, de Baltimore, nos Estados Unidos, fui ordenado presbítero, pastor ou padre, conforme a variedade da terminologia católica, exatamente em uma quarta-feira da Páscoa, em 28/4/65.

Levantei-me para voltar ao Brasil como um servidor da vida. Voltei a um país, de onde havia saído, que atravessava a grave crise da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Todos conhecemos aquele momento histórico até o golpe de Estado de 1964. Diria que esse golpe não foi apenas militar, mas também dos poderes eclesiástico, empresarial e econômico. Embora com os arrependimentos, cada um na sua hora, espero que todos um dia se arrependam profundamente de tudo o que foi feito. Saí do País em setembro de 1961 e voltei no final de novembro de 1965, para começar o meu pastoreio na ditadura.

Posso-lhes assegurar que vivi estes 40 anos sempre em sintonia com a dignidade humana e com a esperança do povo brasileiro de viver livremente. A Casa abre hoje os debates daquela mensagem transformada em projeto de lei. Vejo-me um pouco como Moisés, percebendo que estamos chegando, de alguma forma, à terra prometida. Conquistamos a liberdade política e queremos conquistar a democracia econômica. Temos muita coisa a construir pela frente, mas creio que chegamos a Minas Gerais na frente de todo o mundo - talvez do mundo inteiro - para discutir uma lei que nos propicie uma base nova para o que gostamos de chamar de democracia. Uma terra em que o desenvolvimento é pensado e planejado, tendo como referência a mãe natureza, com a sua generosidade e os seus limites; com um desenvolvimento que não degrade o meio ambiente e empenhado estruturalmente em garantir que não haja exclusão social; um desenvolvimento que se compromete a amanhecer cada dia louvando tudo o que a natureza oferece e atento a qualquer processo de discriminação e marginalização.

Iniciamos, com essa discussão, um novo estágio da democracia no Brasil. Minas abre esse caminho sem vaidade nem presunção, mas com a certeza de que essa é a verdadeira vocação humana. Ninguém pode ser e viver indigente, humilhado, sem condições de se realizar como pessoa. Eis o porquê desse projeto de lei.

Hoje, às 18 horas, ainda me vou encontrar com o Governador Aécio Neves e levarei a bonita visão de uma casa cheia, não uma multidão, mas um povo articulado e organizado. Quantos somos? Muitos já somos. Somos atualmente 20 comissões regionais, que caminham em direção a um número maior.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, posso afirmar que, em torno dessas comissões, diariamente gravitam cerca de 10 mil pessoas. Como ousar afirmar isso? Simplesmente porque, em março, abril e maio, estamos realizando 40 encontros, 2 dias de capacitação técnica. Pela média de participação, cerca de 4 mil pessoas em Minas Gerais estão tirando 2 dias para discutir um novo Estado, um novo rumo para o desenvolvimento e os caminhos da superação da miséria e dos males da fome.

Para que compareçam 4 mil pessoas, é preciso que haja uma base significativa maior. Seria muita presunção ignorarmos outros movimentos e instituições que discutem o direito à alimentação e à nutrição. Somos uma força significativa no Estado, diria, até, sem nenhuma campanha partidária ou política. Frutos desse movimento repercutiram nesta Casa, por meio da eleição de parlamentares, que não é resultado da articulação de ninguém, mas sim da sua presença e da sua participação pluralista, numa luta que dignifica todos.

Esse projeto de lei consagra, reconhece, proclama e defende o direito humano básico da vida, ou seja, o direito ao alimento e à nutrição. Não estamos falando em favor nem de crianças desnutridas ou de pessoas que passam fome. Estamos falando que todo ser humano precisa se alimentar. Neste momento, o nosso cérebro está sendo alimentado pelo oxigênio que respiramos, caso contrário, morreríamos. O alimento é um direito básico. Comer e beber para ter vida é a razão da nossa discussão. Acrescento ainda: caminhar e ternura, pois alimento é ternura, alimento é água, alimento é oxigênio, alimento é luz. O alimento mais precioso, insubstituível e indispensável é o leite materno, fundamental nos primeiros meses de vida do bebê.

Estou com o emblema ecumênico que determina que é preciso unir todos os que acreditam em Jesus Cristo, com a finalidade de que nossa fé contribua para que nenhuma criança morra criança. Pelo que conheço da Bíblia e, de acordo os ensinamentos do Profeta Isaías, nenhuma criança nasceu para morrer criança. Portanto, os cristãos não devem se preocupar com crianças chegando ao céu, pois elas não podem morrer, conforme Isaías, 65. E o Profeta Isaías diz mais. O que queremos com esse projeto de lei? Que o povo de Minas Gerais e do Brasil tenham vida não por alguns dias, gemendo e chorando no vale de lágrimas, mas vivendo com alegria, festa e dignidade por pelo menos 100 anos. Afirmo ainda que chegará o dia em que, quando um cidadão morrer com 100 anos de idade, dirão que ele morreu jovem.

Se nos perguntarem o que queremos desta Casa, direi que queremos um povo saudável, bem-humorado, inteligente. Criança desnutrida não será inteligente. Queremos democracia, o que não acontece havendo fome e miséria. Queremos um caminho que dignifica todos. Não tenho pena dos que passam fome, e sim vergonha.

Ela é carne da minha carne, sangue do meu sangue, gente como eu. Tem direito igual ao meu, de viver como gente. Deus não aparece a cada

velinha que ela sopra, soprando inteligência. Ela vem como semente de vida, que tem de se desenvolver. Seus neurônios não se desenvolverão, e ela não será o que deveria ser se for lesada pelos males da miséria e da fome.

Volto a repetir: queremos um povo saudável, bem-humorado, inteligente e participante. Essa lei reconhece isso e indica que a segurança alimentar e nutricional sustentável é uma concepção de desenvolvimento, é um eixo e um componente estratégico. Não se desenvolve nada sem se perguntar: "Em que proporção isso fará com que o povo coma e viva bem, como gente? Em que proporção trará saúde e exclusão?". Certamente, o desenvolvimento tem alguns eixos, mas, para nós, esse é o fundamental, centrado no direito à alimentação e à nutrição. Esse projeto cria um sistema que garante o que marca a democracia participativa. Assim sendo, cidadãos e cidadãs terão a garantia da sua cidadania na definição das diretrizes e das prioridades e no acompanhamento da elaboração do que será determinado pela nova lei, que é o plano estadual de alimentação e nutrição. Tenho a certeza de que o Ministério Público, aqui representado pelo Dr. Marcelo, será um instrumento muito preciso nessa nobre e importante missão, numa sociedade democrática. Esse projeto de lei fundamenta-se no direito e será uma luz e um foco importante para o desenvolvimento de Minas Gerais. Quem sabe o próprio Secretário Manoel Costa, ao fazer uso da palavra, acenará para a importância desse caminho? A proposta cria um sistema que garante a cidadania na definição das políticas públicas. É determinante que o Governo Estadual tenha o seu plano de alimentação e nutrição com programas, projetos e orçamento definido.

Caro amigo Deputado Padre João, parabéns a Assembléia Legislativa. Governo e Oposição estão discutindo o assunto com grandeza. Essa é a base de uma Minas Gerais bonita, altaneira, rica e generosa. Acreditamos que esse projeto marcará muito o Estado.

Por favor, não me chamem de bispo emérito, como estão fazendo, porque isso é horrível; parece que você está dependurado em algum lugar. Sou um bispo peregrino a serviço da vida e pastor de igreja na Baixada Fluminense. No dia 12 de junho, entregarei a um mineiro a ousadia de ser pastor na Baixada Fluminense, sucedendo a um paulista, D. José Francisco Resende Dias, Auxiliar de Pousos e Acolhimento, a quem desejo felicidades na tarefa que assume com 49 anos. Fui para lá depois de 6 anos e meio de bispado, ou seja, com 46 anos, portanto, mais novo que ele. Este é um ano importante para mim. Já completei 30 anos como bispo, 40 anos como padre, e, em setembro, farei 70 anos de idade. Farei de tudo para viver mais.

Já que caminhar faz bem, sempre que puder, caminharei uma hora por dia para viver melhor; comer e beber para viver.

Como membro e porta-voz do Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas e Embaixador de Nutrição das Nações Unidas, parabéns o Governador do Estado e esta Casa. Nada disso aconteceria se o povo mineiro, aqui representado, não tivesse se mobilizado e acreditado em si, na sua credibilidade e dignidade e no seu direito. Hoje não ganhamos concessão de ninguém; ganhamos, sim, um exercício de cidadania. Vamos em frente. Para ninguém ficar ridículo as coisas, lembremos que, segundo Isaías, 58, ao repartires teu bocado com o faminto, que não seja o que está na tulla nem o que está na despensa, na geladeira e na panela, mas aquilo que é vida para ti; então serás iluminado.

Queremos que Minas brilhe muito no Brasil, para que o povo brasileiro se encante com este Estado que assume esse compromisso com a dignidade humana. Pão em todas as mesas, e ninguém sem participar do banquete da vida. Que Deus abençoe esse projeto.

O Sr. Presidente - Dom Mauro Morelli, obrigado. Há uma lista em que consta a presença de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Presidentes de sindicatos e representantes de Secretarias de Estado. Solicito a todos que nos dispensem de nominá-los para avançarmos e para que cada um se manifeste no debate.

Palavras do Sr. Crispim Moreira

Sr. Presidente, boa tarde a todos e aos militantes na luta por políticas públicas e pelo combate à fome no Brasil, especialmente em Minas Gerais. Um abraço ao Sr. Manoel Costa, Secretário de Estado, e ao D. Mauro, nosso amigo e companheiro. Para D. Mauro e para os parlamentares aqui presentes, trago um abraço entusiasmado do Ministro Patrus Ananias, que nos pediu que participássemos deste ciclo de debates.

Neste momento que temos para conversar e compartilhar, gostaria de relatar brevemente o nosso esforço no CONSEA. Aqui há conselheiros de Minas Gerais que contribuem forte e relevantemente, como o companheiro Edmar Guariento Gadelha, Coordenador do grupo de trabalho, que, neste momento, elabora uma minuta de lei do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, a ser entregue ao Presidente Lula ainda no primeiro semestre, para que tramite, como em Minas, pelo debate público no parlamento brasileiro.

Boa parte dos presentes devem ter acompanhado a vídeoconferência realizada no dia 26, em que se apresentou uma minuta de lei para debate público. De acordo com os termos do projeto de lei e o Bispo D. Mauro e o Deputado Padre João, ela consagra o direito humano à alimentação.

Mas, sobretudo, institucionaliza os avanços dessa construção política, social, que os militantes, os lutadores e os gestores públicos vimos fazendo nestes recentes anos de construção dessa política nacional.

Então, neste momento, possivelmente ao final deste semestre, o CONSEA concluirá esse debate, institucionalizando o direito humano à alimentação e tornando-o um dever do Estado. Além disso, institucionalizará o controle e a participação popular no planejamento da política nacional, tornando lei o Conselho Nacional, estabelecendo os princípios que foram, política e socialmente, consagrados e construídos na II Conferência Nacional.

Felizmente, hoje, a partir dessa caminhada, desses passos que estamos dando, o Brasil construiu, política e socialmente, um conceito nacional de segurança alimentar, que se traduziu na conferência do ano passado. Neste momento, o CONSEA, por exemplo, nada mais faz do que cumprir uma deliberação da conferência, que é instituir a lei, criar o sistema nacional.

Então, nessa conversa inicial é bom que tenhamos claro a nossa responsabilidade e a nossa visão de caminhada, que é a institucionalização de políticas, ou seja, tornar lei as nossas construções políticas e sociais. Esse é um ponto fundamental.

Neste ciclo de debates, é relevante o Ministério trazer experiências e compartilharmos que há necessidade de construirmos as nossas relações, as nossas ligações nas três esferas de Governo, para efetivarmos políticas públicas de segurança alimentar e, sobretudo, instituímos os sistemas nacional e estadual. É importante fazermos essa articulação.

É necessário reafirmar também que, sem dúvida, Minas Gerais se qualifica, não somente por ser a primeira proposta em discussão no Brasil, mas, sobretudo, pela qualidade, pela construção, pela coerência e pela consistência. Falamos aqui de uma arquitetura, de um arranjo legal, normativo e institucional muito bem combinado, fruto da luta e da construção. Como ex-Conselheiro estadual de segurança alimentar da primeira gestão presidida por D. Mauro, quando o Governador Itamar Franco dirigiu o Estado, posso falar dessa construção com muita tranquilidade. O conteúdo que estamos debatendo aqui, e que aprofundaremos nas próximas falas, cria referências. É bom informá-los que, na minuta que hoje o Conselho Nacional de Segurança Alimentar apresenta, e que possivelmente apresentará ao Presidente Lula no primeiro semestre, identificamos o saber, a construção, o acúmulo da experiência de Minas Gerais.

A aprovação dessa lei e este ciclo de debates são acontecimentos que tornam Minas ainda mais responsável no cenário das lutas e das políticas públicas pela segurança alimentar e pelo combate à fome.

No Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nós, que temos como tarefa, no caso específico da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, apoiar a construção dos sistemas públicos de segurança alimentar, necessitamos desses acúmulos, desses avanços estaduais e municipais. Esperamos que, com a aprovação da lei, possamos horizontalizar essas conquistas na outra escala federativa, que são os governos locais. Isso para afirmarmos a construção legal do direito humano à alimentação.

Alguns comentários que faria na lei seria para elogiar, ressaltar e destacar os pontos que a lei conseguiu produzir: a arquitetura, o sistema nacional. No caso de Minas, essa caminhada de vários anos iniciou-se sob a presidência de D. Mauro, com a operação Ânimo e Estímulo: diretriz que iniciou quando presidiu o CONSEA. Uma coisa muito própria de Minas - que não está acontecendo nos outros Estados brasileiros, mas que esperamos que aconteça - é essa experiência de política regional, essa experiência das instâncias regionais. Esperamos que Minas possa debater com o resto do Brasil, possibilitando a multiplicação dessa metodologia e desse instrumento de participação da sociedade na política. Esse é um ponto especial no qual depositamos muita esperança. Que essa tarefa de ser o primeiro, com conteúdo e consistência, possa nos ajudar a construir o sistema nacional de segurança alimentar nas três esferas de Governo do Brasil.

Isso era o que gostaria de trazer para o ciclo de debates. Peço licença e desculpas, pois terei que me ausentar, mas o Ministério, por meio do Arlindo, Consultor quanto ao Fundo de Agricultura e Alimentação da ONU, estará colaborando com o ciclo de debates. Peço licença porque está na hora meu vôo. Quero parabenizar a Assembléia e os Deputados. É muito bom estar aqui em Minas revendo Deputados e colegas, companheiros militantes do movimento, dessa luta. É uma grande honra para mim e uma tarefa de muita responsabilidade. Levo também para o Ministro Patrus essa imagem da participação, essa qualidade, esse sentimento presente em Minas. Bom trabalho e que possamos nos encontrar no Brasil, defendendo e assegurando o direito humano à alimentação para todos os brasileiros e brasileiras. Muito obrigado, boa tarde, bom trabalho e peço licença para me retirar.

O Sr. Presidente - Agradecemos sua contribuição, caro amigo Crispim. Leve nosso grande abraço ao Patrus e nossa esperança de avançar, em nível nacional, na construção dessa lei e de programas que atendam às necessidades do nosso povo. Passo a palavra ao Exmo. Sr. Manoel Costa, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Secretário-Geral do CONSEA, reassumindo agora, uma vez que já deu uma grande contribuição nos primeiros momentos do CONSEA, no Governo Itamar.

Palavras do Secretário Manoel Costa

Obrigado, Padre João. Quero lhe dar os parabéns pela condução desse trabalho de iniciativa da Assembléia e cumprimentar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que já assumiu essa bandeira da segurança alimentar, o Deputado Rogério Correia, o Crispim Moreira, grande companheiro do início do processo de criação do Conselho de Segurança Alimentar, o Dr. Marcelo e o Dr. Arlindo. Gostaria de dirigir um cumprimento muito especial a uma pequena equipe que, na realidade, conduziu esse trabalho.

Quando falamos no CONSEA, volto ao passado, a 1999, quando D. Mauro chegou a Minas. Não o conhecia pessoalmente, mas apenas seu trabalho em nível nacional. Recebi então um telefonema do Governador Itamar Franco dizendo que ficaria responsável por D. Mauro Morelli em Minas Gerais. Na realidade recebi um presente.

Desde então - na época eu era o Secretário de Estado do Planejamento -, assumimos, por intermédio da Secretaria, a responsabilidade de estruturar o CONSEA em Minas Gerais. Àquela época a equipe era muito pequena: Otaviano Laje, logo depois, Eliana, e, mais recentemente, a Roberta e a Manuela.

Desde o início, nas reuniões de debate, havia uma pessoa muito aguerrida e entusiasmada, que era um representante da sociedade civil. Uma figura que era um fiel escudeiro, um executor excepcional das idéias de D. Mauro Morelli: Edmar Gadelha, cujo mérito é enorme. Sem D. Mauro não teríamos o CONSEA de Minas, e sem o Edmar, ele seria um pouco capenga.

Esse trabalho é exatamente o processo inverso do que ocorre no Brasil, visto que as leis são elaboradas sem serem vivenciadas anteriormente. Um dos grandes exemplos mundiais foi exatamente com os Estados Unidos, com a Lei de Acesso à Terra. Após uma prática enorme com aqueles imigrantes vindos da Europa, somente 40 anos depois tornou-se lei.

A lei do CONSEA tem um pouco disso. Foram seis anos de vivência, seis anos de uma prática inusitada, pois aqui se deu o início do processo de consolidação do Conselho de Segurança, por meio desse trabalho do Gadelha, depois de se regionalizar e após essa discussão se estender por quase todo o Estado de Minas Gerais. E aí surgiu a necessidade da lei, que não é apenas uma tomada de consciência, e sim o Estado envolvendo a Assembléia com a participação da comunidade, ou seja, o Estado é o responsável pelo direito à alimentação em Minas Gerais. São três partes, e mais o Ministério Público, envolvidas nessa questão. Como bem disse D. Mauro, é a democracia.

A lei também, e eu nem sabia disso, já prevê o segundo passo, que é essencial. Trata-se do art. 19, referente aos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar. Essa lei só será realmente cumprida após a criação pelos Vereadores dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. Com a criação dessa municipal, juntamente com a lei estadual, penso que haverá uma situação inusitada em nível de Brasil. Nesse aspecto, já existe uma grande participação do Ministro Patrus, com transferências de recursos, em prol da parceria com o CONSEA e a EMATER.

Peço ao Governo Federal para realmente respeitar, pois o CONSEA, em Minas Gerais, é uma instituição oriunda da consolidação de uma lei advinda de um processo de debate. Obviamente o Governador Aécio Neves é que teve a iniciativa de encaminhá-la à Assembléia, mas a sociedade já estava participando. Seria interessante que todas as ações em nível de Ministério, em Minas Gerais, fossem feitas por meio desse instrumento existente hoje, que é extremamente democrático, visto que está aberto à plena fiscalização, pois a sociedade o está fiscalizando. Dessa forma, teríamos uma sinergia completa no Estado de Minas, com o município, com as comissões regionais, com o Estado e com a União. Aí, sim, seríamos um exemplo. Aliás, Gadelha foi convidado por D. Mauro para levar a São Paulo essa experiência de sucesso.

Encerrarei as minhas palavras exatamente para ouvir as contribuições dos companheiros, das pessoas abnegadas que vieram do interior mostrar que possuem a sensibilidade maior, já que a compreensão em relação ao Conselho de Segurança ainda não é total. Quando abordamos esse assunto com a maioria das pessoas, elas perguntam: "Mas vocês distribuem cesta básica?". A política do CONSEA é exatamente para que não haja necessidade de distribuição de cesta básica. Espero que tenhamos uma política de geração de emprego e renda, pois esse é um direito do ser humano, e, para isso, temos de ter esse olhar abrangente envolvendo a todos.

Tenho destacado que nesse processo que iremos iniciar agora, com o assessoramento aos municípios quanto aos planos diretores, vocês que estão nos municípios façam com que essa discussão se inicie, aproveitando a discussão do plano diretor, que não é um plano apenas de engenheiros e arquitetos.

O plano tem de ser participativo, com o olhar voltado para a economia e o desenvolvimento social para todo o ser, ou seja, para cada pessoa

em particular que habita no município. Não existe desenvolvimento econômico que não seja direcionado à pessoa humana. E esse é um plano de desenvolvimento econômico. A responsabilidade de vocês já é grande, e o entusiasmo tem sido maior, mas agora dispomos de mais instrumentos e desse processo de discussão dos planos diretores.

D. Mauro, obrigado por esse grande presente: dedicar uma parte do seu tempo a Minas Gerais. Parabéns aos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente - Obrigado, Secretário Manoel Costa. Tenho certeza de que a Secretaria de Desenvolvimento Regional será de grande importância. É impossível pensar em desenvolvimento regional sem programas em nível de região. Alimentos que vêm do Sul de Minas, por exemplo, têm voltado para lá, devido à falta de planejamento regional.

Essa Secretaria prestará um grande serviço tanto na regulamentação da lei, em um segundo passo, quanto na implementação de alguns programas já previstos. V. Exa. continuará sendo nosso parceiro e interlocutor junto ao Executivo e à sociedade civil.

Palavras do Sr. Arlindo Gomes Miranda

Boa tarde. Falaremos um pouco sobre a experiência na construção da proposta de lei orgânica que estamos desenvolvendo em Brasília sob o comando do já reconhecido colega Edmar Gadelha no grupo técnico do CONSEA.

Mencionaremos também algumas experiências que estão acontecendo nos demais Estados brasileiros.

O debate que estamos desenvolvendo em nível de CONSEA em Brasília tem observado alguns conceitos e buscado observar algumas dimensões para a construção da política nacional de segurança alimentar, que aprendemos a chamar de lei orgânica de segurança alimentar.

A principal preocupação do CONSEA é estabelecer mecanismos de participação da sociedade civil na construção da lei orgânica e mecanismos para que, no exercício das políticas que essa lei estabelecerá, possamos também continuar exercendo a cidadania, participando e controlando essas ações em todos os níveis, não apenas no momento inicial da construção, ou seja, na consulta para elaborar essa lei ou para formular uma política. Tem de haver participação e contribuição na construção de todo o aparato normativo e das políticas públicas desenvolvidas, nos programas e fontes de recursos destinados à operacionalização dessa política, na estrutura organizacional definida e construída - ou já existente - para operar essa política e na definição daqueles que serão beneficiados por ela.

Então, esses têm sido os grandes temas. Passado o momento de conceituação, de diretrizes a serem estabelecidas, de princípios, o CONSEA tem buscado a operacionalização de todos esses aspectos, o exercício no dia-a-dia.

Para o aparato normativo, criar um sistema de normas legais e infralegais que disciplinem a política, o modelo, as fontes de financiamento, a estrutura organizativa, as responsabilidades de cada ente, de cada órgão, o planejamento, o monitoramento, a avaliação de resultados, a participação e o controle social, os beneficiários e as formas de acesso às políticas de segurança alimentar.

Na definição das políticas, estabelecer um conjunto de diretrizes, programas e projetos que norteiem as ações de segurança alimentar e nutricional. No Estado, em todas as ações que a União desenvolve, vamos ter os programas e as fontes de recursos. É preciso definir os programas e ações que serão desenvolvidos. É evidente que a lei tem um caráter nacional, ela não vai falar de esse ou aquele, mas definirá os caminhos a trilhar para se alcançar essa soberania, esse momento em que não haja cidadãos necessitando do auxílio do Estado para se ter o alimento. É necessário, ainda, que se indique claramente quais as fontes de recursos para esses programas, a fim de que não seja preciso caminhar pelos gabinetes para se conseguir mais recursos quando aqueles destinados foram insuficientes. Não é possível que uma política tão necessária não tenha recursos suficientes para que se implementem todos os programas necessários.

Quanto à estrutura organizativa, uma das preocupações principais do Conselho Nacional, e que está refletida na proposta que se está construindo, é de não setorizar, criar um único órgão que vá desenvolver políticas de segurança alimentar e nutricional. Não se pode criar uma caixa dentro do Governo para se preocupar com a segurança alimentar, que é intersetorial, transversal. É evidente que há programas que são administrados por um determinado órgão, mas a preocupação do CONSEA é manter essa intersetorialidade. Há programas de segurança alimentar na saúde, na educação, na agricultura, no meio ambiente, fundamentais para a segurança alimentar. Temos ainda programas, no Ministério do Desenvolvimento Agrário e no Ministério do Desenvolvimento Social, que é o grande carro-chefe da política. É preciso, então, definir quais são os beneficiários da segurança alimentar. A lei não propõe que seja esse ou aquele, mas define diretrizes e princípios. A segurança alimentar tem de ter uma política universal.

Todos devem ter direito ao acesso, mas esse princípio não pode ser utilizado por pessoas sem escrúpulos. Deve haver critérios de acesso para que essas pessoas não tirem daqueles que têm necessidade.

Falamos a respeito da universalidade, da não-contributividade, da equidade no acesso, do respeito à autonomia das comunidades na definição do alimento e, fundamentalmente, da participação e do controle social. Não basta dizer que se deve participar. É preciso disponibilizar as informações em tempo, para que a população possa discutir com seu grupo social e, ao chegar no debate, ter condições de intervir e propor definições nas diretrizes. Não basta que a comunidade seja ouvida, é preciso que participe ativamente e seja capacitada. D. Mauro falou a respeito dos cursos e dos debates nas comissões regionais. Isso dará qualidade à participação da sociedade na definição das políticas e no controle dos programas governamentais e dos recursos públicos.

O CONSEA nacional, por meio de seu grupo de trabalho de sistema de segurança nacional, inaugurou uma proposta, aberta para debate, e realizou uma videoconferência, da qual participaram os representantes dos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar, a qual será aberta para uma consulta à população e às ONGs, as quais farão sugestões e aprimoramentos à proposta que será encaminhada à Presidência da República.

A lei estabelece normas gerais, e cada Estado e município definirá seu próprio modelo. A União não estabelecerá uma regra para todos seguirem, mas apenas princípios gerais para que os Estados e os municípios, conforme sua realidade local, criem sua própria lei.

A lei também define conceitos de segurança, diretrizes e competências para o CONSEA e cria um sistema nacional de segurança alimentar. Diferentemente dos sistemas únicos, o CONSEA optou por criar um sistema nacional, sem hierarquização nem subordinação de órgãos, e em que a União desenvolve suas ações de forma independente e integrada com os Estados. O sistema será criado para integrar as ações, mas não para criar subordinação. O CONSEA entendeu que ainda não há acumulação suficiente para criar um sistema único de segurança alimentar, mas que deve caminhar no sentido de alcançar essa integração no futuro.

Propõe também a criação de uma câmara interministerial de segurança alimentar para que haja integração e sinergia entre os diversos órgãos federais que atuam com programas de segurança alimentar e para que se garanta a intersetorialidade e a transversalidade nas ações de

segurança alimentar. De forma geral, essas são as bases da proposta de lei orgânica elaborada pelo CONSEA. Evidentemente, essa proposta ainda não está acabada, definida, porque se abriu caminho para que os CONSEAs estaduais e, posteriormente, as organizações não governamentais possam contribuir e aprimorá-la.

Fundamentalmente, após o acúmulo de discussões na conferência nacional, o CONSEA, na proposta de lei orgânica, institucionaliza a conferência nacional e lhe atribui claras competências, estabelecendo periodicidade para sua realização.

Apresentarei um pouco das experiências de alguns Estados referentes às políticas de segurança alimentar e nutricional. Realmente, Minas Gerais - como está registrado em várias faixas - saiu na frente. Não há em outro Estado iniciativa de se criar uma política estadual, um sistema estadual, para integrar e direcionar as ações governamentais de segurança alimentar. Repito, em termos de Estado, Minas Gerais saiu na frente. Certamente, essa experiência pioneira servirá como exemplo - já está servindo para o CONSEA nacional -, como paradigma para a construção da proposta nacional e para a dos demais Estados.

Nos Estados há diversas normas de segurança alimentar, que disciplinam o plantio e o consumo de alimentos; a proibição de alimentos com organismos geneticamente modificados; o aproveitamento de alimentos não utilizáveis; e o incentivo, por meio de isenção fiscal, a determinados produtores. Portanto, nos Estados, há várias leis e normas afetas à segurança alimentar. Mas nenhuma lei possui as características da de Minas Gerais, que cria uma política, um sistema, definindo diretrizes relativas à segurança alimentar.

Os Estados possuem vários modelos de gestão das políticas de segurança alimentar. Alguns Estados criaram fundos estaduais de combate à fome ou de desenvolvimento social, como Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e Santa Catarina. A exemplo do fundo criado pela União para financiar a política de combate à pobreza, alguns Estados seguiram a iniciativa e criaram os fundos, mas não criaram uma política integrada, que atenda a essa proposta apresentada por Minas. Infelizmente, eles continuam com programas, leis e ações esparsos, e há o fundo para financiá-los.

Então, os programas são desenvolvidos sem integração nas ações. Há uma ou outra exceção, mas os mecanismos de participação da sociedade são insuficientes para controlar as políticas estaduais e municipais.

Os modelos que existem até hoje são as conferências estaduais, cujo modo de participação nas eleições não é claro. Escolhemos alguns CONSEAs para servirem de exemplo, mostrarem como os Estados têm criado os conselhos estaduais. O CONSEA do Rio Grande do Norte possui caráter deliberativo, mas se compõe majoritariamente de representantes governamentais. Aliás, trata-se do único conselho estadual em que os representantes do Governo são a maioria. O CONSEA de Santa Catarina compõe-se majoritariamente de representantes da sociedade civil e possui funções executivas. Além disso, seu Presidente é escolhido por meio de lista tríplice encaminhada pelo Plenário, e o fundo estadual é-lhe vinculado. O CONSEA de Alagoas tem caráter deliberativo, composição paritária e é presidido pelo Governador do Estado. O CONSEA de Mato Grosso do Sul tem composição paritária, caráter deliberativo e, igualmente à proposta de Minas Gerais, competência para formular o plano. Aliás, a proposta de Minas é mais arrojada, pois propõe que o CONSEA aprove o plano estadual de segurança alimentar.

Agradeço ao Deputado Padre João o convite, a oportunidade. Agradeço especialmente ao companheiro Edmar a lembrança. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Arlindo Gomes a contribuição. Ele nos mostrou como essa discussão e a elaboração de leis sobre a segurança alimentar estão sendo feitas em nível nacional.

Palavras do Promotor de Justiça Marcelo de Oliveira Milagres

Sr. Presidente, Deputado Padre João, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Dra. Neila, Dr. Arlindo, caríssimo D. Mauro Morelli, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Srs. Prefeitos e demais autoridades. De forma particular, cumprimento os componentes do CONSEA, com quem tive a alegria de trabalhar, o Dr. Edmar e o Dr. Otaviano, que são figuras brilhantes. Todos os elogios a eles são menores diante da capacidade que têm.

Vou explicar o porquê da presença do Ministério Público neste evento. Fomos convidados. D. Mauro visitou a Procuradoria-Geral de Justiça, então comandada por S. Exa., Dr. Nedens Ulisses. Então, ele nos fez o convite para que pudéssemos aprender trabalhar nessa empreitada comum a todos nós, mineiros. Assim, anuímos. Tivemos a felicidade de trabalhar de forma conjunta.

Serei breve, Sr. Presidente, pois todos os expositores muito já falaram sobre o assunto de forma brilhante. Quando estamos diante da fome, temos de plantar o trigo. O propósito que encaminhou o trabalho e a presença do Ministério Público foi trabalhar, com serenidade, competência e humildade. E devemos fazê-lo principalmente ouvindo o sentimento popular, que constitui o objetivo desta reunião. Como foi dito aqui, estamos diante de um projeto de lei que não encontra exemplo, similitude em nenhum outro lugar deste País, quicá do mundo.

Qual é o caráter do novo, do diferente? Buscamos trabalhar com a realidade. Não estamos diante de uma ficção, daquilo que se entende como proposição, como projeto normativo desprovido de eficácia.

Nossa preocupação foi a de realizar um projeto para o ser humano, que é o centro de preocupação do Estado, da sociedade e do direito. Esse projeto de lei foi estruturado por alguns grandes eixos, aos quais vou-me ater, e V. Exas, Deputados e Deputadas, os senhores e as senhoras podem acompanhar nosso trabalho.

Os primeiros artigos dizem respeito ao aspecto conceitual. Por que, diriam os expoentes da técnica legislativa, apresentar conceitos num projeto de lei? Porque, evidentemente, estamos diante do caráter do novo e precisamos consolidar e delimitar nosso tema para não nos perdermos.

Como bem disse D. Mauro Morelli, essa proposta de Minas Gerais não tem a preocupação - nem nunca teve - de ser assistencialista. Queremos realizar um sistema de segurança alimentar e nutricional sustentável. Para isso, a proposta deve ser fundamentada em valores, princípios e métodos, considerando a realidade de cada município e região das nossas Minas Gerais, que são várias.

No art. 2º, temos a conceituação do que seja a segurança alimentar nutricional sustentável. Trata-se de um direito humano fundamental, inerente à qualidade de cada um de nós, seres humanos. Não se trata de uma benesse do Estado ou do poder público, mas da realização de um direito humano fundamental.

Os senhores e as senhoras saberão que estamos vivendo grande avanço no aspecto nutricional, legal e normativo. O art. 3º conceitua as qualidades desse direito, que é absoluto, indisponível, irrenunciável, imprescritível, de natureza extrapatrimonial, ou seja, sem valor econômico.

É bem verdade que, para termos esse direito, precisamos de mecanismos legais, jurídicos e administrativos. Trazemos um desses mecanismos no capítulo seguinte. Esse projeto estabelece a política estadual de segurança alimentar, que tem como eixo o planejamento, o plano, que deve ser determinante, cogente e obrigatório, para o setor público - os senhores podem acompanhar-me pelo art. 5º, § 2º -, e indicativo, para o setor privado. Precisamos contar com a colaboração de todos e, para isso, determinamos a participação do poder público, como muito bem abordado pelo Secretário Manoel Costa. E a participação da iniciativa privada será e deverá ser incentivada.

E como se dá, primeiramente, a criação desse plano e, posteriormente, sua realização? Quanto a isso, não temos novidades. O projeto busca trabalhar com toda a rica experiência acumulada pelo Conselho, pelas comissões regionais e por cada um dos senhores e senhoras que trabalham com a questão de segurança alimentar e nutricional sustentável. Esse plano pertence a essa política, que tem diretrizes estabelecidas, objeto das conferências e reuniões do CONSEA e das comissões regionais. Temos estrutura mínima, razão por que faremos comparações com as proposições da conferência.

Essas proposições e deliberações serão levadas para o âmbito do Governo, onde teremos uma coordenadoria-geral, que elaborará esse plano determinante para o poder público. O CONSEA tem o poder de fazer juízo de aprovação, ou não, desse plano.

É um sistema cujos mecanismos de controle e de fiscalização se conjugam. Aqui há participação popular, tanto no âmbito dos conselheiros do CONSEA quanto no das comissões regionais e até mesmo no das diretrizes a serem propostas pela Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Poderíamos dizer que tudo isso é muito bonito, mas precisamos de recursos econômicos e sabemos que, de acordo com a realidade brasileira, vivemos em um Estado, em um País pobre, em que os recursos econômicos são escassos. Trabalhando em cima dessa realidade, aproveitaremos melhor os recursos disponíveis.

Quanto ao art. 7º, esse plano está inserido no âmbito do PPAG. Evidentemente, trabalhando com os critérios de eficiência - eficiência alocativa e distributiva de recursos. Trata-se de um projeto elaborado de acordo com a realidade.

Esse plano estadual de segurança alimentar, inserido no âmbito do PPAG, no art. 7º, tem de identificar estratégias, ações, metas e cronograma de execução, uma forma de a comunidade e de todos nós acompanharmos a sua execução. Deve indicar fontes orçamentárias, criar condições efetivas de infra-estrutura e estabelecer, em congresso internacional, do qual participamos em Brasília - e esse é um problema não só de Minas, mas mundial -, a necessidade e a dificuldade de se criarem mecanismos de monitoramento e controle.

Falaram a respeito da participação de cada um de nós, das pessoas naturais que não integram esse sistema na condição de conselheiros ou de gestores. O art. 8º estipula que o sistema de segurança alimentar é integrado por todos - poder público, iniciativa privada, poder econômico -, criando incentivos e mecanismos para que possamos trazê-los à realização desse plano. E ainda pela sociedade civil, seja participando diretamente na composição dos conselhos, das comissões regionais e da conferência, seja como fazemos aqui, propondo e discutindo com os voluntários.

Enfim, o sistema é aberto, desde a realização do plano até a sua consecução, fiscalização e aspecto de eficácia com os mecanismos de monitoramento. Em virtude de ser um plano que atende às necessidades humanas, pode contar, inclusive, com a participação e a fiscalização do Ministério Público, e com o que dispõe a Constituição da República. Evidentemente V. Exas. têm alguns questionamentos, e o propósito é realizar audiência pública.

Sr. Presidente, limito-me a essas pequenas considerações e agradeço muito a V. Exa., ao D. Mauro Morelli, aos integrantes do CONSEA-MG e ao Governo do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Agradecemos a contribuição de V. Exa., Dr. Marcelo de Oliveira, que, desde o início, vem contribuindo com o projeto. Esperamos continuar contando com V. Exa. na tramitação do projeto e que seja parceiro na regulamentação da lei e nas regionais.

Palavras da Vereadora Neila Batista

Boa tarde a todos e agradeço o convite. Falo em nome do Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Silvinho Rezende, que nos solicitou que representássemos a Câmara neste debate, que julgamos importante.

Estamos debatendo na condição de representante da Câmara Municipal no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, o qual estamos reestruturando devido ao falecimento, no final do ano, da nossa querida Presidente, a Profa. Regina Nabuco, e à reforma administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, que precisou rever a participação dos membros do Poder Executivo. Em maio, retomaremos os trabalhos do conselho.

Cumprimento o Deputado Padre João pela iniciativa, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva e, em suas pessoas, os demais Deputados e Deputadas pela disposição, envolvimento e participação no debate; o Secretário Manoel Costa; o Sr. Arlindo; o Dr. Marcelo; e todos os militantes, homens e mulheres, na maioria das vezes, anônimos, abnegados. Na pessoa de D. Mauro Morelli, cumprimento os militantes da causa do direito à alimentação regular, em qualidade e quantidade, para todo ser humano.

Belo Horizonte tem tido uma experiência de iniciativas e políticas públicas na área da segurança alimentar, que têm servido de base e de exemplo em diversas cidades, o que nos enche de orgulho. Com a aprovação da lei orgânica estadual da segurança alimentar e nutricional sustentável, teremos o desafio de avançar e revigorar nossas exitosas políticas. Nosso desafio é envolvermos, cada vez mais, a população mineira com o processo de participação, definição e controle social sobre as ações do Executivo municipal, em torno das políticas de segurança alimentar.

Entre as várias ações necessárias à garantia de segurança alimentar e nutricional, é preciso que desenvolvamos... Um dos desafios da Secretaria Municipal de Abastecimento, comungado pelo Conselho Municipal, é a constituição de um centro permanente de formação em segurança alimentar e nutricional para todos os servidores públicos responsáveis por garantir a qualidade dos alimentos, como por exemplo o pessoal que trabalha com a supervisão da merenda escolar, os fiscais que verificam os programas de abastecimento da cidade e sobretudo os cidadãos que conhecem seu compromisso e responsabilidade, que não é isolada, mas que movimenta e mobiliza as demais pessoas a participar. A constituição desse centro de formação será muito importante.

Comentei o fato de uma lei nascer da forma como vem ocorrendo. Há um verso de Drummond que diz que os homens precisam de pão, de roupa, de sapato e de leis. Mas as leis não bastam, porque os lírios não nascem delas. É evidente que esse verso não se aplica a essa proposta, porque tem um sentido diferente. Ela surge a partir de uma vivência, de uma experiência e de um processo democrático e participativo de todos os companheiros e companheiras, militantes da segurança alimentar e nutricional sustentável em Minas Gerais. Ainda que haja a lei, não existe essa coisa viva da militância e da atuação cotidiana. Às vezes, no cantinho, com o seu vizinho, na sua comunidade, ou em nível mais

amplo, nos municípios ou nos Estados, ela será de pouca valia para nós, se não há essa vida. Isso é o mais importante. Que venha a lei para nos ajudar a fazer com que essa militância cotidiana seja uma ação operativa e significativa, sobretudo para os seres humanos que precisam desse movimento para serem como nós, ou seja, pessoas com direitos inalienáveis, como alimentação saudável, regular, de qualidade e quantidade!

Parabéns a todos. Terei de me ausentar porque estou participando de um processo de votação na câmara de vetos. Estamos à disposição dos senhores. Certamente essa lei também deixará um desafio para nós, do conselho municipal. Esperamos contar com a contribuição de todos. Um grande abraço. Muito obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. Informo, ainda, que a ata deste ciclo de debates, contendo a transcrição completa das exposições, será publicada no jornal "Minas Gerais", no "Diário do Legislativo" do dia 4/5/2005. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do ciclo, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, pois haverá reprise pela TV Assembléia no dia 30/4/2005, sábado, às 10 horas.

Debates

O Deputado Laudelino Augusto - Saúdo os membros da Mesa, as pessoas presentes e os telespectadores da TV Assembléia. Dirijo um abraço a Dom Mauro Morelli pelos 40 anos de doação, como cristão e Bispo comprometido com o Evangelho e com a história.

Farei uma reflexão neste momento. O Papa João Paulo II, numa de suas encíclicas, disse: "Contra a fome, muda a vida". E faz essa reflexão falando em termos pessoais, em termos de grupos, de entidades, de dioceses, de paróquias e de congregações, para que possamos romper com o modo capitalista e consumista de viver, mudando o sistema. Não faço apenas um discurso religioso, mas político também. Mudança de vida implica mudança nas estruturas e nos corações, porque a fome ou a falta de acesso à alimentação é resultado do sistema, da maneira como a sociedade é organizada. O alimento é produzido em excesso, mas não é distribuído. Contra a fome, é preciso mudar a sociedade. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável deve ser uma maneira de mudar também a sociedade.

A árvore má produz maus frutos. Pessoas com fome e sem acesso ao mínimo necessário - crianças abandonadas e pessoas desempregadas - são frutos dessa árvore. O neoliberalismo, ou seja, o mesmo capitalismo selvagem, continua gerando ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres. Todos nós, cidadãos e cidadãs, como políticos, temos de mudar esse sistema.

A lei que está sendo votada possui emendas, que podem ser incorporadas. A sociedade também pode apresentá-las. Que essa proposta seja a trincheira, a garantia de um mundo novo! Caso contrário, o sistema gerará pessoas com fome. Aí, vai um grupinho lá, e se fornece o alimento. Gera também crianças abandonadas; e um grupinho, uma congregação, uma igreja e uma paróquia acolhem essas crianças em creches. E os frutos continuam a ser produzidos. Não pode ser assim. É preciso atingir a raiz e arrancar essa árvore má.

Concluindo, gostaríamos de dizer que essa lei está sendo feita com a participação popular, com a cidadania, e visa à transformação, a um novo mundo. Dom Mauro lembrou que o profeta Isaías anunciou que morrer com 100 anos é morrer um menino.

Parabenizo todos os que aqui estão. Podem contar conosco. Se não formos fiéis nas eleições, lembrem-se disso e não votem mais em nós. Um abraço.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento a Mesa, o Coordenador Deputado Padre João, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Dom Mauro Morelli, querido amigo e inspirador das nossas lutas pelas causas da segurança alimentar e do combate à fome, o Promotor Marcelo, o Sr. Arlindo, representante da FAO, o Sr. Manoel Costa, Secretário de Estado; demais componentes e, com muito alegria, os representantes aqui presentes das comissões regionais de segurança alimentar espalhadas por Minas Gerais, como a Zona da Mata, o Noroeste, o Jequitinhonha, o Triângulo e Contagem. Nas galerias, há pessoas de Governador Valadares - minha região -, de Pouso Alegre, do vale do rio Doce, de Divinópolis e de Uberaba. Um abraço a todos. Sintam-se contemplados nesta nossa saudação. Minas Gerais está presente na Assembléia Legislativa. Diante dessa belíssima audiência pública, faço um registro do compromisso de Dom Mauro, dos Deputados Padre João, Laudelino Augusto e Adelmo Carneiro Leão e dos demais parlamentares que aqui passaram e meu com a segurança alimentar e o combate à fome - em quantidade, qualidade e regularidade. Além disso comprometemo-nos a criar uma política pública em Minas Gerais, dando um exemplo ao Brasil.

Tive a oportunidade de partilhar, durante um ano, no Ministério do Desenvolvimento Social, quando da ida do Ministro Patrus, dos primeiros debates, primeiras idéias e discussões para a elaboração da lei orgânica nacional. Assumindo este ano um novo mandato, no dia 4 de janeiro, temos a oportunidade histórica de discutir e de votar em Minas Gerais a primeira lei orgânica do Brasil. Esse registro fica marcado na minha história.

Viemos de Governador Valadares, que conseguiu criar, como a maioria das cidades mineiras, um sistema municipal de segurança alimentar. Essa cidade possui uma coordenação regional e também criou o CONSEA e um sistema, de fato, articulado com as diversas regiões. Além dessas três experiências, compartilhar com todos o ideal, a luta e a causa da segurança alimentar nutricional sustentável em Minas Gerais me deixam feliz.

D. Mauro, estamos construindo não somente no Brasil, mas também em Minas Gerais, com a sua experiência histórica, uma política pública de segurança alimentar, uma política de Estado que permanecerá com a construção das nossas experiências no movimento social organizado espalhado por Minas e pelo Brasil. Isso é muito importante. Essa nossa experiência garantirá a continuidade da política tanto nos Governos atuais quanto nos futuros. Isso significa que temos uma lei que marcará a nossa história, pois foi construída com a sociedade civil e com tantas experiências. Neste momento histórico do Brasil e de Minas Gerais, temos a chance de combater e de erradicar verdadeiramente a fome do nosso País.

Então, acredito neste momento, nesta experiência e nesta possibilidade de Minas Gerais.

Deixo aqui o meu abraço, o compromisso e a responsabilidade de um mandato comprometido com a segurança alimentar em Minas Gerais. Sucesso na organização e na luta!

O Sr. Presidente - Passo a ler as perguntas dirigidas ao Secretário Manoel Costa. A primeira vem da Sra. Nilse Araújo, do Instituto de Terras de Minas Gerais: "Sabemos da necessidade da integração das ações governamentais, e também das não governamentais, para que possamos equacionar recursos e agilizar soluções. Há algum programa na sua Secretaria nessa linha, como, por exemplo, alinhar as deliberações dos

diversos conselhos municipais, como o da saúde, o da assistência, o da criança e o do idoso?"

A segunda é a seguinte: "Não é importante criar o plano diretor em municípios com pequenas populações, com menos de 20 mil habitantes?"

O Secretário Manoel Costa - Com relação à primeira pergunta, quero dizer que essa é a função da Secretaria, que é uma secretaria de potencialização e integração não só em nível estadual, mas também em nível municipal. A nossa ação é retomar, reorganizar e sensibilizar, de forma indutiva, as associações microrregionais, não apenas de Prefeitos, mas também de Vereadores. Hoje, inicia-se um congresso de Vereadores da UVEMIG.

Então, cabe à Secretaria a ação, com todos os instrumentos sociais possíveis, de sensibilizar e de envolver a população, principalmente no que se refere às ações do Estado. Isso é para que não se tenha duplicidade ou ações sem que haja uma sinergia maior.

Com relação ao plano diretor, tentaremos. Já estamos construindo, com a participação da sociedade civil e do Ministério das Cidades, um modelo inusitado: fazer o plano diretor ou facilitar para que os 853 municípios de Minas Gerais realizem o seu. Vamos tomar como exemplo Pará de Minas. Não adianta o município elaborar o seu plano diretor se dez ou quinze municípios no seu entorno não o fizerem. Teríamos um processo de desenvolvimento em Pará de Minas, mas, em pouco tempo, teríamos um fluxo migratório desses pequenos municípios para lá, envelhecendo precocemente, sem dúvida nenhuma, o plano diretor. Por outro lado, se essas pequenas cidades no entorno elaborarem o seu plano, facilitarão não só para Pará de Minas em si, mas também para toda a microrregião.

Então, para o planejamento, é fundamental que se realize o plano diretor nos 853 municípios. Quero dizer que não há recursos por parte do Ministério das Cidades. Há R\$14.000.000,00 para todo o Brasil, para atender a 1.700 municípios. Então, serão escolhidos alguns municípios aqui em Minas Gerais.

Estamos tentando montar uma estrutura visando facilitar para os municípios a realização desses planos. Teremos, então, aí, uma ação integrada com todas as secretarias, empresas e autarquias dentro da ótica de participar e ajudar os municípios.

O Sr. Presidente - D. Mauro tem várias perguntas. Vou passar-lhe a palavra para respondê-las como lhe convier.

Dom Mauro Morelli - Ninguém tem a presunção de querer responder a tais perguntas em um tempo tão curto. O objetivo maior é partilhar nossas inquietudes e, na medida em que debatemos a lei, descobrir as exigências dessa realidade que é bem diversificada. Uma observação própria da natureza da segurança alimentar sustentável é o pluralismo de concepção e de realização. Quanto mais descentralizada, mais real ela será. A Amazônia oferece uma resposta, o Nordeste, outra; o Centro-Oeste, outra. Em todas as regiões do País poderíamos ter condição de nos alimentar muito bem, dependendo do tipo de desenvolvimento que se implanta. Mas, por força da natureza, do meio ambiente e da cultura, as respostas são diferenciadas. É importante que tenhamos essa percepção.

Há aqui três perguntas. Uma diz o seguinte: "Quando será que vamos ter uma vida digna, direito a moradia, comida para todas as nossas crianças que passam fome? Até quando vamos ficar de braços cruzados enquanto nossos irmãos estão morrendo de fome, sem alimentação adequada?". Outra pergunta levanta a questão principalmente dos negros, dos quilombolas e dos povos indígenas. Outra pergunta: "Em que medida o pequeno produtor e a volta das escolas rurais pode ajudar adolescentes e jovens que não têm oportunidade?".

Em primeiro lugar, queremos que essa lei responda a problemas antigos não enfrentados, não equacionados, como os direitos dos povos indígenas e dos quilombolas a uma condição de igualdade na nossa sociedade, condições de vida e cidadania. Isso é importante. Essa lei, em primeiro lugar, tem que nos fazer considerar qual é a verdade dos povos indígenas, do povo negro, dos quilombolas do Estado de Minas Gerais. A partir daí, começaremos a dar grandeza ao nosso projeto de lei, exatamente para que, na discussão do modelo de desenvolvimento, percebamos que, em todo o mundo, os grandes produtores de alimento para a mesa do povo são os pequenos produtores. A mulher é uma grande produtora de alimento na Ásia, na Índia. É importante percebermos que as perguntas chamam a nossa atenção para a realidade, para o modelo de desenvolvimento e para contribuições específicas que têm que ser contempladas. Não sei como fazer, mas a lei deveria garantir e exigir uma atenção especial para aqueles grupos sociais que estão em permanente risco de grave vulnerabilidade social. Que as nossas urgências nos levem a contemplar e a buscar. Mais do que tentar dar uma resposta às perguntas, faça essa interpretação.

Alguém pergunta se o CONSEA é conhecido no mundo inteiro ou só aqui. O Brasil se torna uma referência, tanto que o nosso Comitê de Nutrição da ONU quis se reunir no Brasil este ano em Brasília, de 14 a 17 de março, exatamente por causa da experiência brasileira. E nossa experiência não é de hoje, começa com Josué de Castro, um médico e geógrafo brasileiro que foi Diretor-Geral da FAO no início da década de 50. Josué de Castro foi importante para que o mundo percebesse o que significa fome. Como médico e geógrafo, trabalhou muito bem essa questão. Então, somos pioneiros numa grande articulação, numa grande discussão, mas o movimento pelo direito à alimentação e à nutrição está presente em todo o mundo hoje. Os ambientalistas estão preocupados com isso. Conversei com o Papa João Paulo II, levei um dossiê extenso sobre essa matéria no mundo e, no dia seguinte, ele encarregou a Secretaria de Estado de fazer uma reunião comigo. Tive uma reunião durante uma hora e meia com três Monsenhores da Secretaria. Pedi uma encíclica do Papa sobre essa matéria. Como não teve condições nem tempo, fez uma carta de quaresma tendo como título uma frase de Jesus: "Dai-lhes meios de comer". Pretendo visitar o Papa Bento XVI para fazer-lhe duas propostas que me interessam muito. Uma interna, sobre a eleição de Bispos e sobre a formação de pastores e pastoras para a Igreja.

E a outra é pedindo uma encíclica sobre a questão da fome no mundo. Uma encíclica do Papa viria trazer um grande ânimo às comunidades, aos movimentos sociais. Será muito oportuno inseri-la dentro dessa questão de desenvolvimento do mundo e da crise ambiental em que vivemos. A crise da água se configura cada vez mais séria.

Alguém me perguntou sobre a inclusão do profissional nutricionista, e eu diria que agora é a hora da nutrição. Obviamente, temos de convocar toda a população, pois esse é um assunto de interesse de todos, mas é preciso que haja uma contribuição específica, ou seja, sair do discurso do alimento e passar à nutrição. Não basta dar apenas comida, é necessário que ela traga saúde e vida, e não doença e morte. Além disso, tem de ser suficiente.

As criancinhas devem receber a comida mais preciosa, que é o leite materno. Então vamos trabalhar pelo aleitamento materno como uma grande contribuição à saúde e ao desenvolvimento do ser humano. Inquestionavelmente, os nutricionistas têm grande presença nessa luta. Quantos nutricionistas estão presentes nesta sala? Levantem a mão. Vejam, aqui existem mais nutricionistas que em Angola, onde só existem seis.

Dessa forma, propusemos no CONSEA uma visita minha - não sei se conseguirei neste ano - para levar um projeto de cooperação entre o povo e o Governo de Minas e Angola; e o povo e o Governo de São Paulo e Moçambique. Dada a gravidade da situação em Moçambique, irei primeiro lá, mas, até o final deste ano e o começo do outro, também pretendo ir a Angola, onde só existem seis nutricionistas. É inaceitável ficarmos indiferentes à situação de Moçambique, quando a expectativa média de vida lá é de 42 anos.

Alguém faz uma pertinente observação sobre o que li a respeito dos CONSEAs, lembrando a importância da participação da sociedade. Creio que CONSEA deve ser algo novo para nós, na sua composição, na sua aliança e no seu acordo. O Prefeito e a Câmara têm a tarefa de providenciar o embasamento legal e executivo de um conselho. No entanto, um conselho tem de ser o resultado de um diálogo entre a sociedade do município, por meio de suas organizações, e o poder público. Nenhum CONSEA deve ser criado para chancelar programa governamental, seja qual for e por melhor que seja. Ele tem de ser um laboratório de políticas públicas e de um plano municipal de alimentação e nutrição. Dessa forma, precisamos, sim, ter em cada município o sistema implantado: a conferência municipal, os instrumentos municipais e o plano municipal. Esse é o caminho a ser percorrido.

A pergunta a seguir é se essa lei valerá para toda a Minas Gerais. Como foi bem destacado, a lei surge a partir de uma vivência, de uma convicção e de uma articulação. Então, se essa convicção crescer, a lei será aplicada.

Se fizermos como na Constituição, em que obtivemos grandes conquistas e, depois, nos desmobilizamos, nada acontecerá. Agora, com a lei, exige-se uma mobilização muito maior e mais intensa, senão permanecerá nos anais como uma conquista teórica que não reverteu em concretude e em vida com dignidade e esperança. A aprovação da lei nos comprometerá muito mais em relação à nossa participação.

Alguém perguntou como isso tudo poderia contribuir com o combate à violência doméstica. Obviamente, a paz social começa em casa. Em minha vida como bispo, o que mais ouvi foi pessoas dizerem que o que mais desejavam era uma casinha com salubridade e privacidade, uma escola para as crianças e um trabalho. Se não tiverem isso, nada acontecerá a partir do nosso discurso. Quando alguém me pergunta como combater a violência, respondo que há muitas respostas, e uma delas é fundamental. As pessoas não podem sofrer a violência da fome e da exclusão em sua infância. Esse é um grande caminho para combatermos a violência. Certamente, há outros, mas uma criança violentada, também de outras formas dolorosas, é semente de violência no mundo.

Com o devido respeito, não sei se consegui responder a todas as perguntas. Sempre me perguntam de onde vem tanta força. Sinto-me bastante motivado a viver, pois fui bem amamentado quando criança, respirei ar puro, tomei leite gostoso e fui bem acarinhado. Quem é bem recebido, acolhido e cuidado já tem uma base para caminhar. Depois, a pessoa precisa acreditar na vida. Não aceitei a bênção do pastoreio por qualquer outra razão. Hoje tenho um carro de segunda mão porque cinco pessoas decidiram me presentear após o meu acidente, mas nunca acumulei nada, somente uma grande vontade de viver. O que mais me comoveu depois do meu acidente, ao voltar do hospital para a primeira missa na diocese, foi ver um grupo de crianças, que, há seis meses, mal paravam em pé, de tão desnutridas, alimentadas, mas estavam em pé cantando. Vale a pena viver para que as crianças vivam bonitas e saudáveis. A minha energia vem desse olhar de cada dia. Abra a janela e bendiga a vida. Não fiquem resmungando porque chove ou faz sol, pois eles são importantes para a vida. É bom ser gente. Acreditem nas pessoas, pois elas não são anjos. Erramos 7 vezes por dia e devemos ser perdoados 70 vezes 7 para sermos encorajados a ser gente. Isso é o que nos dá alegria e força. Tenho muita vontade de viver e pretendo incomodar muita gente para que as crianças do nosso País não vivam humilhadas, mas bonitas, saudáveis, dançando e brincando nas praças, e para que os idosos fiquem sentados sorrindo com os olhos. Isso é o que é bom.

O Sr. Presidente - Há algumas pessoas inscritas. Solicito que sejam breve em suas exposições.

Até quando as escolas públicas ficarão sem a presença dos técnicos em nutrição para elaboração da merenda escolar? É preciso que esta Casa lute pela garantia da qualidade do alimento produzido nas escolas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Esta Casa já está unida. Temos, em tramitação, o Projeto de Lei nº 178/2003, do Deputado Weliton Prado, que visa a garantir a presença de uma nutricionista em cada escola pública. Vejo que é uma pergunta interessante, porque estamos discutindo a lei orgânica. O projeto já está pronto. Com a aprovação e a sanção do Governador, nossas escolas terão as nutricionistas, conforme indagação de Ana Lúcia Guimarães do Couto, de Barbacena. Vamos trabalhar para a aprovação desse projeto. Cumprimento o Deputado Weliton Prado, autor do projeto.

O Deputado Weliton Prado - Dom Mauro sempre fala que companheiro é aquele que partilha o pão. Neste momento, estamos sendo companheiros, uma vez que estamos partilhando ideais de combate à fome, à miséria e às desigualdades sociais no Brasil, especialmente em Minas Gerais.

Quero ler uma poesia que tem tudo que ver com este momento. (- Lê:)

"Somos jovens, operários, cristãos, artistas, estudantes, intelectuais. / Buscamos o futuro e a liberdade, os direitos que nos são negados, a esperança banida, a vontade subjugada. / Como poeta, acreditamos que a vida vale a pena, mesmo que o pão seja caro e a liberdade seja pequena. Por ela, estamos dispostos a viver, lutar e vencer. / Somos mesmo inconformados e contestadores, ousados e sonhadores. Que isso dê calafrio e faça tremer os guardiães da velha ordem. / Nada a fazer, além de aconselhar. Queremos estoques, cobertores e agasalhos, pois prosseguiremos, mais e mais, inconformados com a falta de liberdade, contestando as injustiças, ousando contra os preconceitos e sonhando com a tão sonhada felicidade."

Um abraço para todos.

O Deputado André Quintão - Boa-tarde. Cumprimento a todos os militantes da cidadania, da defesa da vida, neste plenário.

Quero fazer uma breve abordagem pessoal. Dom Mauro se lembrou de 40 anos atrás, e eu me lembrava de um encontro realizado em 2002, num hotel próximo à Capital, onde discutimos com o Padre João e vários representantes do CONSEA e do fórum mineiro a importância de se instituir em Minas Gerais um sistema de segurança alimentar, uma lei que desse retaguarda às ações já em curso e construídas pela sociedade organizada.

Hoje, ao ver tantas pessoas aqui, trabalhando objetivamente pela implantação da política de segurança alimentar, percebemos que essa história de luta está valendo a pena. Em nome de Dom Mauro, cumprimento todos vocês, do fundo de meu coração. Minas Gerais, por meio da sociedade organizada, está dando um grande exemplo de como promover a segurança alimentar na prática e de como garantir políticas públicas que sejam referência para as futuras gerações.

Em segundo lugar, estamos avançando na Assembléia, pois conseguimos incluir o PROSAN no PPAG, uma construção das várias comissões regionais. Isso abre portas para avançarmos na destinação de recursos públicos para os programas geridos pela própria comunidade. Por meio de emendas de parlamentares, fortalecemos a ação do CONSEA. E agora, em um processo público de debates, aperfeiçoamos o projeto de lei encaminhado pelo CONSEA. Como Dom Mauro disse, deve prevalecer o entendimento e o bom-senso, pois a causa da segurança alimentar está acima de partidos políticos. Promover e defender a vida em plenitude a partir da alimentação e da nutrição é uma causa civilizatória.

Por fim, reitero o que o Deputado Padre João disse. Cada município tem o desafio de ter essa conquista assegurada no PPAG e nos seus orçamentos municipais. Este ano, cada município discutirá seu Plano Plurianual. Que cada comissão regional multiplique essa proposta de

estruturação do sistema de segurança alimentar e do CONSEA, para que façamos uma grande corrente municipal, estadual e nacional, a fim de promover a segurança alimentar! Como cidadão e como Líder do Bloco PT-PCdoB, estaremos juntos com os outros partidos para aprovar o melhor projeto. Essa lei será inigualável, pois terá a marca da construção coletiva tão bem coordenada por D. Mauro e por vocês. Que Deus ilumine essa caminhada! Obrigado.

O Promotor de Justiça Marcelo de Oliveira Milagres - Perguntam se há possibilidade de os membros do Conselho Tutelar assumirem a Presidência do CONSEA municipal. O projeto de lei determina a participação dos CONSEAs municipais integrando o sistema, mas a disciplina é mediante lei municipal. Percebo uma antinomia, pois há um Conselho Tutelar da Infância e da Juventude buscando a Presidência do CONSEA. Há um conflito, mas a legislação municipal disciplinará a matéria.

Outra questão diz respeito à natureza jurídica estadual do CONSEA. O CONSEA é um órgão e não um ente, vinculado ao gabinete do Governador do Estado, e uma de suas atribuições é aprovar o plano elaborado pela Coordenadoria-Geral, que será composta por uma comissão intersetorial, com a participação de agentes públicos. Há um sistema de fiscalização.

O CONSEA, como entidade com personalidade jurídica própria - na idéia moderna de se falar em agência -, é uma estrutura muito pesada. Então, o propósito do projeto é procurar racionalizar os recursos, aplicá-los bem com o sistema de coordenação dos mecanismos.

Quanto a não constar no projeto a citação do CONSEA nacional, ressalto que, por questão de constitucionalidade, não podemos inseri-lo no sistema estadual. Evidentemente, o sistema só funcionará com o diálogo entre as fontes - CONSEAs municipais, CONSEA estadual e CONSEA nacional. Essas foram as questões apresentadas.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Marcelo. Passarei a palavra novamente a Dom Mauro, pois, às 18 horas, ele tem audiência com o Governador. Informo que já temos algumas perguntas, e várias pessoas querem se manifestar.

Dom Mauro Morelli - Seria muito precioso ficar até o fim desta audiência, mas tive a oportunidade de agendar uma reunião com o Governador. Acredito que ela será providencial. Levarei o relato do que vivenciamos aqui.

Parabenizo a Assembléia por acolher a mensagem e transformá-la em projeto de lei, abrindo o diálogo com a população mineira. Espero que experimentemos em outras regiões mineiras uma audiência pública com igual ou maior participação da comunidade. Essa audiência abrirá o caminho. Todos estão participando não apenas pelo fato de a lei correr o risco de não ser aprovada, mas para que seja fruto de uma consciência maior e de um compromisso sério com o que será votado e aprovado nesta Casa.

Quero fazer uma observação. O Crispin dizia: "Oxalá, aconteça pelo Brasil.". Aconteceu aqui. Neste ano, em São Paulo, implantaremos 30 comissões regionais. O Gadelha está me ajudando. Estamos ultrapassando a primeira etapa. Hoje os meus batedores estão em Rio Preto, Votuporanga e outros locais. Chego amanhã a Ribeirão Preto e, depois de amanhã, a Franca. Hoje à noite, volto a São Paulo, pegarei um carro e irei ao interior. Ao implantar as comissões, em cada local elege-se uma coordenação provisória e, a cada cinco encontros, realizamos dois dias de seminário técnico.

No dia 16 de outubro, com a presença do Governador, teremos um ato solene, televisionado, instalando as comissões simultaneamente em todo o Estado. Minas Gerais mostrou um caminho muito rico, que, acredito, deverá ser percorrido por todo o País. A descentralização é o grande segredo da democracia. Se Brasília continuar centralizada, será ruim. Levei um susto quando fui a Brasília e vi a diferença entre 1994 e agora. Não agora no Governo Lula, mas nos últimos anos. É muito inchaço. Quanto mais cheia Brasília estiver, pior para o Brasil.

Agradeço muito ao Deputado Padre João. Parabenizo todos pelo que vivemos aqui. Tenho certeza de que hoje se abre um caminho de um tempo mais bonito e iluminado para esta terra, que também posso chamar de minha. Desculpem-me por me ausentar. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Que Deus lhe dê vida e saúde para continuar com garra.

O Deputado Edson Rezende - Cumprimento todos os presentes e parabenizo o Deputado Padre João por esta iniciativa.

Estou vindo de uma reunião que está preparando a II Conferência das Cidades de Minas Gerais, que culminará na II Conferência Nacional. Entre os temas estão: Política Estadual de Habitação; Saneamento Ambiental; Plano Diretor, Planejamento Territorial e Política Fundiária; Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana; Política Estadual de Telecomunicações; e Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade.

Considero o momento propício para incluirmos o tema Abastecimento e Segurança Alimentar na discussão da II Conferência das Cidades de Minas.

Querida somente fazer esse encaminhamento. Se compararmos, pelo menos do nosso ponto de vista, política estadual de telecomunicação e segurança alimentar e abastecimento, veremos que o último tema é mais importante. Não queremos retirar a política estadual de telecomunicação, enfim, nenhum tema, mas acrescentar a política de segurança alimentar e abastecimento.

Por isso solicito ao Plenário que faça uma moção de encaminhamento à Comissão de Assuntos Municipais, que, junto com o Estado, está na coordenação da Segunda Conferência das Cidades de Minas Gerais. Peço, então, que seja incluído o tema segurança alimentar e abastecimento. Um bom trabalho. Obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Boa tarde. É uma grande satisfação participar deste encontro de reflexão, de celebração e de fortalecimento do compromisso com a vida, com o bem-estar da nossa comunidade.

Saúdo todos que vieram das várias regiões de Minas. Desejo-lhes tudo de bom. Que este encontro venha fortalecê-los na luta, na longa caminhada. Falei, há pouco, com o Zé Severino, que estamos aqui mais para ouvir os questionamentos e as propostas de vocês que para falar.

Aproveito o momento para saudar todos e dizer-lhes algo que sentimos há muito tempo. Estamos tratando de uma assunto extremamente sério. Já avançamos muito na elaboração da proposição de lei. Avançamos principalmente porque o povo, a população de todas as regiões, participou. Contamos com uma participação muito significativa. O projeto está muito bem-elaborado; todavia precisamos avançar na execução do que está sendo proposto. Este País é bom para fazer boas leis. A nossa Constituição é uma das mais avançadas do mundo. As nossas leis são modernas, mas as práticas são muito frágeis.

Neste momento, externo a mesma esperança demonstrada por Dom Mauro, o mesmo desejo de ver e de fazer as transformações. O nosso desejo é transformar em prática o que ora escrevemos. Quando Paulo Freire nos ensinava sobre a evolução, o compromisso, queria nos

mostrar que o processo e a sociedade avançam quando aproxima a prática do discurso. O discurso elaborado será votado aqui pelos Deputados de todos os partidos; todavia é necessário que este discurso constitua um compromisso de transformação do País e do Estado. Não queremos que se apresente apenas como a primeira lei moderna, avançada, tendo em vista a promoção da vida, da dignidade humana.

Não teremos saúde nem educação de boa qualidade, as pessoas não terão auto-estima, se não forem, como disse Dom Mauro, bem-alimentadas, nutridas. E a nutrição não assume somente a dimensão do valor calórico, dos diferentes componentes dos alimentos. Em sua fala, Dom Mauro exprime outro aspecto muito interessante. Estou falando de carinho. A verdadeira nutrição tem a dimensão do acolhimento, do carinho, do fortalecimento não só do corpo, mas também da alma, do espírito do ser humano. Deixo aqui essa manifestação, esse sentimento. Se caminharmos sempre cumprindo as leis, poderemos ter o País com que nossos antepassados sonharam e com que sonhamos hoje.

Um espaço de justiça, de liberdade e de prosperidade. Um estado de bem-estar da comunidade.

Que os senhores sejam recompensados pelo sacrifício, pelas estradas malconservadas, esburacadas e inseguras que enfrentaram e ainda vão enfrentar no retorno! Que essa recompensa tenha a dimensão da construção da cidadania em nosso Estado de Minas!

Muito obrigado e um grande abraço a todos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Arlindo Gomes Miranda, que lerá e responderá às perguntas a ele dirigidas.

O Sr. Arlindo Gomes Miranda - Tenho em mãos duas questões formuladas pela Sra. Ana Lúcia Guimarães Couto, do CONSEA de Barbacena. Ela é da ONG Vertente Solidária. Lerei as duas questões formuladas e, posteriormente, eu as explicarei.

"Existe alguma pesquisa sobre a qualidade da proteína colágeno extraída do pé do frango como fonte protéica de baixo custo, que é de excelente digestibilidade e reconstrutora do tecido cutâneo e que, adicionada às preparações, não altera o sabor dos alimentos?"

"Qual a possibilidade de as grandes multinacionais, que comercializam agrotóxicos e sementes, deixando um rastro de destruição, serem obrigadas a criar um fundo que invista no meio ambiente e na segurança alimentar sustentável?"

Sra. Ana Lúcia, não sou representante da FAO, mas consultor de um convênio firmado entre a FAO e o Ministério do Desenvolvimento Social, onde exerço minhas funções. Um representante da FAO estaria habilitado a responder às duas questões que formulou. Como tenho essa vinculação com a FAO, como um de seus contratados, posso comprometer-me de, ao final, trocarmos endereços eletrônicos para que eu possa repassar essas informações à senhora. Deixo penduradas na parede suas duas questões, que não tenho como responder no momento.

Há uma terceira questão, originariamente encaminhada ao Deputado Padre João pela Maria de Fátima Fernandes da Silva: "Gostaria de saber como fazer o cadastro das famílias necessitadas do meu município para que possam receber o auxílio do Bolsa-Família, já que as famílias que não precisam o recebem-a."

Quando apresentamos nossas preocupações com a legislação ou com a proposta de lei orgânica federal, falamos sobre o problema do controle social. A Sra. Maria de Fátima está dando exemplo de exercício da cidadania. A sociedade deve participar, observando aquilo que está sendo feito de forma errada, buscando mecanismos para auxiliar aqueles que, de fato, necessitam ter acesso ao benefício.

No caso, Sra. Maria de Fátima, o local adequado de seu município é a Prefeitura Municipal, que mantém convênio, tendo competência para fazer o cadastro. Eles são obrigados a fazer o cadastro e a análise. O Ministério do Desenvolvimento Social repassa toda a atribuição e recursos ao município, por meio de convênio.

Você deve orientar essas famílias a ir à sede do município, da Prefeitura, onde deve haver um órgão com essa atribuição. Pode ser um órgão de assistência social, secretaria, departamento de assistência social ou órgão equivalente. Pode haver o Conselho Municipal para orientação. É esse o órgão que você deve procurar para orientar-se, a fim de que essas famílias tenham de fato acesso a essa política social. Esses benefícios são destinados a essas famílias.

O Sr. Presidente - As seguintes perguntas são dirigidas a mim: "Quais os projetos para a compra direta dos produtores para as entidades de Barbacena e região?". A compra direta é um programa do Governo Federal, pela CONAB. Desde que os agricultores familiares estejam organizados em forma de associação, entidade ou cooperativa, cada agricultor poderá conseguir até R\$2.500,00 por ano. Está procurando direto a CONAB. Em abril devem estar entrando outras entidades. Ou seja, compra de uma entidade que produza alimentos e doe para uma outra entidade, creche, asilos e hospitais, desde que sejam filantrópicos. É preciso entrar em contato direto com a CONAB.

Outra pergunta é da Sra. Célia Maria Alves, da Associação dos Moradores do Bairro Darcy Ribeiro, em Contagem: "Vimos de um bairro onde as crianças, idosos e adultos morrem de fome; então, gostaria que esses programas, o que aqui hoje foi definido, possam chegar até o nosso bairro, por meio do nosso Presidente, que aqui se faz presente".

O objetivo principal da nossa reunião é a discussão desse projeto de lei, que dará diretrizes ao Estado e, depois, programas. Estamos no caminho, mas cada município deve organizar-se, simultaneamente, junto com o CONSEA. Procurar também fazer leis municipais em que garantiremos recursos e programas específicos para cada município. É preciso haver essas parcerias por meio de leis municipais.

Outra pergunta: Como será a inserção de profissionais nutricionistas e técnicos em nutrição, nesse projeto de lei?". Dr. Marcelo, pode haver a apresentação de emendas. Por meio de uma solicitação do CONSEA, por uma emenda enviada pelo Governador, já se prevê a criação de alguns cargos. A participação de nutricionistas é uma questão de coerência desde que o projeto trata de segurança alimentar nutricional. Guardarei essa sugestão, a fim de apresentar uma emenda para garantir isso no projeto.

A outra pergunta é do "Helinho", do CONSEA de Minas Gerais e do CONSEA nacional, da UFOP e do Conselho Regional de Nutrição: "O que você sugere em relação à mobilização social junto aos Deputados, para favorecer a aprovação da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional?". Acredito que tenha sido selecionada uma equipe do próprio CONSEA, de forma estratégica no Estado, para que haja encontros como este, facilitando a participação dos municípios mais próximos.

Pergunta do Conselho Regional de Nutrição: "O que você sugere de mobilização social, junto aos Deputados, para favorecer a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional?". Foi formada uma equipe do próprio CONSEA, como forma estratégica do Estado, para que haja encontros como este, facilitando a participação dos municípios mais próximos. Contamos com a estrutura desta Casa, com o apoio e com a mobilização dos Deputados, que serão comunicados com antecedência sobre a região e o local. Dessa forma, contribuiremos para essa mobilização.

Pergunta de Nilton Mateus, do CONSEA municipal de Barroso: "Quando e como são criados os conselhos nos municípios e em todas as regiões do Estado?". A própria lei já vem com a motivação... O ilustre Secretário Manoel Costa destacou a importância da existência do CONSEA municipal. Cada cidadão possui uma missão, ou seja, deve sair daqui com o compromisso de avaliar, em seu município, as entidades que trabalham na linha de segurança alimentar. Se fizermos um levantamento, constataremos que inúmeras entidades desenvolvem esse trabalho. Conforme afirmei inicialmente, uma motivação religiosa, de filantropia, pode fazer nascer uma política pública de segurança alimentar. O CONSEA é uma lei municipal que garantirá programas em âmbito municipal.

Pergunta de Ana Maria, da Pastoral da Criança: "Há esperança de que todos possam comprar alimentos mais em conta?". É possível que haja uma parceria com os agricultores, valorizando-se ambas as partes, ou seja, não fornecendo o peixe ao cidadão, e sim ensinando-lhe a pescar?". Já existem iniciativas nessa linha, como o PROSAN, que não oferece o peixe, e sim condições para pescar. Nosso sonho é que haja uma política em âmbito nacional. Quem sabe um dia, o Bolsa-Família seja transformado em um programa na linha de geração de trabalho e renda? O Bolsa-Família não é para sempre, mas de transição. Houve avanço quando acabaram com as cestas básicas, visando a que o cidadão tenha dinheiro para, de cabeça erguida, entrar no armazém, no supermercado e escolher seu alimento. É a dignidade da pessoa que está sendo devolvida. Chegaremos à perfeição quando disponibilizarem recursos em projetos, sobretudo de geração de trabalho e renda.

"O que falta para erradicar a fome e colocar em prática esse projeto tão sonhado, quando o País produz alto índice de alimento?". É isso que estamos fazendo, ou seja, estamos valorizando a presença de cada um com a finalidade de unirmos a sociedade civil e os Poderes Legislativo e Executivo, para garantir a dignidade do cidadão. Estamos no caminho.

Pergunta de Fernanda Santana: "Em âmbito nacional, como os outros Estados vêem a evolução da política estadual de segurança alimentar e nutricional?". Creio que isso já foi respondido pelo Dr. Arlindo, que nos trouxe um cenário em âmbito nacional.

Pergunta de Joana Barbosa: "Como haverá segurança alimentar, se não temos salário para viver com o mínimo de dignidade?". Estamos caminhando para isso. Haverá um pequeno aumento de salário, ou seja, estamos avançando aos poucos. Está chegando aos US\$100,00, caindo um pouco.

Penúltima pergunta: "Sabemos que a alimentação é direito de todos. Qual o projeto político para que a segurança alimentar e nutricional chegue a todos?". Essa é a nossa tarefa. Quando cada um, como cidadão, cumprir seu papel... É uma rede que está se formando. Minas Gerais está na frente. Devemos nos unir.

Outra pergunta: "Gostaria de saber se vocês conseguirão aprovar essa lei e se haverá verbas para trabalhar com as pessoas, por meio das entidades.". Quanto às verbas, o D. Mauro terá uma audiência com o Governador para tratar do assunto. Precisamos de pessoas, e é uma luta conseguirmos recursos no Estado de Minas Gerais, o que é muito importante. Trabalhamos com recursos do PROSAN, obtidos por meio de emendas de Deputados Federais. Os membros do CONSEA não tinham esperança de obter recursos no início do ano. Somente de um mês para cá surgiu um novo horizonte, e poderemos contar com certo recurso, que será muito pouco para o programa de segurança alimentar e para os outros eixos, acampamentos e assentamentos.

A outra pergunta, cujo autor deixou o seu endereço, será encaminhada aos Deputados Edson Rezende e Dalmo Ribeiro Silva. A pessoa reclama da não-existência de contrapartida do Governo do Estado para a merenda escolar. A lei não exige contrapartida em recursos. A parte que cabe ao Estado está diluída em recursos humanos e em estrutura para que a merenda chegue até os alunos. Os membros do Conselho Estadual da Merenda Escolar podem verificar o que é feito, ou seja, como contar com maior ajuda do Estado. Salvo engano, no início do Governo Lula, para merenda escolar, eram destinados R\$0,09 por aluno. Depois, esse valor passou para R\$0,13 e R\$0,15, e agora, em abril, foi para R\$0,18. Isso é muito pouco e deveria atingir, pelo menos, R\$0,50. Desse modo, a alimentação seria melhor, e os alunos teriam acesso não apenas à comida, mas à nutrição.

Encerro minha fala dando uma notícia: existe um programa importante do Governo Federal. A escola municipal ou estadual precisa fazer processo de licitação para comprar merenda escolar. Às vezes, quem ganha a concorrência é a rede de supermercado. Em pequenos municípios pode acontecer de ninguém vencê-la, sendo que a cidade-pólo é que acaba ganhando, o que distancia da cultura alimentar. Por meio desse programa, a CONAB compra o alimento diretamente da associação de agricultores familiares ou de cooperativa, sem licitação. A CONAB funciona, pois, como mediador entre o produtor e a escola. Isso é um avanço para a cultura alimentar regional, valorizando o alimento produzido no próprio local. Cada lugar possui uma marca.

Alguém ainda deseja fazer uso da palavra? (- Pausa.) Então, agradecemos aos que perseveraram e também a Deus, pela força. Que cada um possa ser militante e grande agente de promoção da vida e da dignidade da pessoa humana!

Desejamos um bom retorno. Muitas pessoas mostraram a sua indignação. Espero que cada um a canalize em seu município para a construção de políticas públicas.

Agradeço de modo especial aos Drs. Marcelo e Arlindo, aos funcionários desta Casa, ao Presidente Mauri Torres e a cada um que perseverou aqui. Devemos continuar unidos e promover mobilizações em cada região, divulgando essas audiências públicas nas regionais, de modo que cada um contribua para o sucesso das audiências. Dessa maneira, aprimoraremos a lei.

No endereço da Assembléia Legislativa, cada um poderá sugerir emendas ao projeto de lei, dando opinião e dizendo se está bom ou não. Dessa maneira, durante a tramitação, poderemos elaborar emendas a esse projeto. Isso significa a participação de cada cidadão também legislando.

ATA DA 14ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 29/4/2005

Presidência do Deputado Elmiro Nascimento

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de Presenças - Destinação da Reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Gustavo Valadares - Filiação do Deputado George Hilton - Palavras do Deputado Eliseu Resende - Palavras do Senador Jorge Bornhausen - Palavras do Prefeito César Maia - Palavras do Senador Jorge Bornhausen - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Elmiro Nascimento - Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - George Hilton - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Paulo Cesar.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Elmiro Nascimento) - Às 10h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado George Hilton, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; César Maia, Prefeito do Rio de Janeiro; Senador Jorge Bornhausen, Presidente Nacional do PFL; Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República; Senadores José Agripino Maia e César Borges; Deputado Federal Tomas Nonô, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado Federal Eliseu Resende, Presidente do PFL de Minas Gerais; Francelino Pereira, ex-Governador do Estado e ex-Senador; Deputado Federal José Carlos Aleluia, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados; e Deputado Federal Rodrigo Maia, Líder do PFL na Câmara dos Deputados.

Registro de Presenças

O locutor - Registramos a presença dos Deputados Federais Carlos Meles, Roberto Brant, Lael Varella, Aroldo Oliveira e Vilmar Rocha, Presidente do Instituto Tancredo Neves; e os Deputados Estaduais do PFL Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Doutor Viana, Antônio Carlos Arantes, Paulo Cesar e George Hilton; da Sra. Maria Beatriz de Castro Alves Savassi, Vice-Prefeita de Passos; dos Srs. João Braz de Queiroz, Prefeito de Carmo do Paranaíba; Lineu Braz Cardoso, Presidente do Diretório do PFL e Secretário Municipal de Saúde de Carmo do Paranaíba; Jorge Olívio Rodrigues, Secretário Municipal de Obras e Presidente do PFL de Lagamar; José Raimundo, Prefeito de Santa Luzia; Maurílio Soares Guimarães, Prefeito de Curvelo; Álvaro Azeredo, 2º-Vice-Presidente do PSDB, representando o Senador Eduardo Azeredo; Leônidas Augusto de Oliveira, Prefeito de Luminárias; Carlos Alberto Pereira Dias, Prefeito de Machado; Eloíza Helena de Oliveira, Presidente do Diretório do PFL de Taquaraçu de Minas; Weliton Geraldo Maia da Silva, Presidente do PFL de São Geraldo da Piedade; José Antunes Duarte, Prefeito de Diogo de Vasconcelos; Arnaldo Pereira da Silva, Presidente do Diretório do PFL de Almenara; Agostinho de Rezende Campos, Presidente do Diretório do PFL de Conselheiro Lafaiete; Napoleão Rodrigues Borges, Presidente do Diretório do PFL de Araguari; Antônio Ronato de Melo, Prefeito de Ritópolis; Jorge Ramos, Presidente do Diretório do PFL de Ritópolis; Vicente Wagner Guimarães Pereira, Prefeito de Pouso Alto; Inácio Franco, Prefeito de Pará de Minas; Vereador Frederico Magalhães Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara; Geraldo César da Silva, Prefeito de Carmo do Cajuru; José Ferreira de Sá, Presidente do PFL de Carmo do Cajuru; Salésio José, Prefeito de Paraopeba; Roberto Birro, Prefeito de Santa Maria do Suaçuí; Marcos Montes, Secretário de Estado e ex-Prefeito de Uberaba, e do Exmo. Prefeito de São Sebastião do Paraíso, Mauro Zani; do Sr. Marcos da Cunha Peixoto, ex-Prefeito de Salto da Divisa; do Sr. Adenilson Ferreira, ex-Prefeito de Conceição da Aparecida; dos Vereadores de Nova Resende; dos Vereadores de Três Corações; de Alderico Machado, ex-Prefeito de Campo do Meio; e dos companheiros de Carmo do Cajuru.

Vereadores, senhoras e senhores.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização de debate sobre um novo modelo macroeconômico para o Brasil.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado, Aécio Neves; César Maia, Prefeito do Rio de Janeiro; Deputado Federal Jorge Bornhausen, Presidente Nacional do PFL; Senador Marco Maciel, ex-Presidente da República; Senadores José Agripino Maia e César Borges; Deputado Federal Tomaz Nonô, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado Federal Eliseu Resende, Presidente do PFL de Minas Gerais; Francelino Pereira, ex-Governador e ex-Senador; Deputado Federal José Carlos Aleluia, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados; Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, lideranças do PFL, minhas senhoras e meus senhores, coube-me, graças à delicadeza do Presidente Mauri Torres, presidir esta reunião especial. Ao agradecer à Presidência desta Casa a deferência de seu gesto, vejo-me obrigado a contar uma pequena história aos ilustres visitantes.

Criança ainda, ouvia de meu pai, udenista fiel com alma de pessedista da velha guarda, os memoráveis embates que foram travados no Plenário desta Casa de leis. Dele ouvia, ainda, as histórias sobre a importância do discurso político para a formação do caráter cívico de um povo. Dessa maneira, cresci entre a certeza de que a política é o espaço público por excelência para homens e mulheres de bem e a esperança de que estaria, um dia, emprestando minha voz, minha ação e meu ideal na construção e na manutenção desse espaço.

Daí, senhoras e senhores, minha alegria e justificado orgulho em estar nesta hora presidindo uma reunião da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais cujo objetivo maior é provocar consciências para que o debate político retome seu lugar na construção da cidadania de nossa gente.

Dessa maneira, sejam todos bem-vindos à Casa da liberdade de Minas. E liberdade, aqui, é entendida como aquele traço tão característico da formação do caráter do cidadão das Minas e dos gerais que pode ser identificado na sabedoria popular de nossa gente. O mineiro é aquele que sabe que o Estado está a serviço do homem, e não, o homem a serviço do Estado. Prima esta Casa, senhoras e senhores, por garantir o direito de cada cidadão de exercer, em plenitude, sua liberdade. Por esse motivo, abre suas portas para que o PFL venha professar alto, claro e bom som a sua convicção no humanismo liberal.

Ao ideólogo maior de nosso partido, mestre de todos nós, Presidente Marco Maciel, minha homenagem especial. Com ele aprendi a lição liberal de que "de acordo com a concepção conservadora do poder, a cidadania é apenas um conjunto de direitos que o Estado concede ou reconhece a seus naturais. Para o humanismo liberal, mais que um direito, a cidadania é um conjunto de atributos de todo ser humano. Como direito, a cidadania pode ser ampliada ou restringida. Como atributo, a cidadania prescinde do reconhecimento do Estado". É fácil, pois, se chegar ao

âmago do ensinamento de Marco Maciel: "Ser liberal é, sobretudo, jamais temer a liberdade".

Mais fácil, ainda, é ver a prática de nosso credo liberal nas ações corporativas de nosso Presidente Nacional, Senador Jorge Bornhausen. A este alemão de boa estirpe, se é que há algum que não o seja, o cenário político brasileiro muito já tem a dever. Sob seu comando, nosso partido enfrenta o rolo compressor daqueles que não acreditam na liberdade individual e querem transformar este País em um reduto soberano do Estado acima do cidadão. Obrigado, Senador Bornhausen. Sua luta não será em vão.

Ao nosso Presidente Regional, Deputado Eliseu Resende, que se dispôs a aceitar a Presidência de nossa comissão regional provisória em momento crucial da vida partidária do PFL em Minas, o reconhecimento e a alegria de todos os seus liderados. Sua ação à frente do partido em Minas, Dr. Eliseu, tem feito com que a concepção liberal do poder seja revigorada a cada dia.

Nós, os liberais, entendemos que o conjunto da sociedade é sempre mais importante do que o Estado, que deve estar a serviço da sociedade e submetido ao controle desta. Controle efetivo que ainda está longe de ser vivenciado pelo povo brasileiro. No entanto, vezes têm-se levantado contra essa situação. A exemplo, talvez, do brado liberal lançado há tempos pelo pensador George Stigler em sua magistral obra "O Cidadão e o Estado - Ensaio sobre a Regulação". É dele o ensinamento de que "é também possível mostrar que a segunda grande área de invasão potencial da liberdade pessoal é a crença disseminada na incompetência do indivíduo e na eficácia da censura econômica das preferências individuais".

E vem do PFL a voz mais forte em favor da liberdade individual. Vejo o Prefeito César Maia como o grande porta-voz da insatisfação pessoal de quem paga tributos, de quem consome, de quem exporta, de quem estuda, de quem sofre com as mazelas provocadas pela distância cada vez maior da concretização de uma vida digna de ser chamada de vida.

Vejo o Prefeito César Maia como o porta-voz oficial daqueles que estão contra o que aí está. Vejo-o, ainda, como um Dom Quixote moderno, montado no Rocinante da esperança de implantação da ética liberal entre nós. Visionário de um mundo novo e eterno construtor da utopia, vejo que o Prefeito César Maia quer implantar entre nós a ética que tenha por fundamento a defesa intransigente dos princípios consagrados pela doutrina liberal e que podem ser consubstanciados em cinco pontos centrais, a saber: a independência plena dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; a livre existência de fontes alternativas de informação; a limitação dos poderes do Estado, no que tange à utilização discricionária de seus instrumentos, quer para conceder benesses aos simpatizantes do Governo, quer para coagir os seus opositores; a prevalência da vontade da maioria, expressa pelas leis, limitadas estas à Constituição e ao estrito respeito dos direitos das minorias; e, por último, mas talvez o mais importante, a liberdade sustentada de forma permanente pela igualdade das oportunidades. Oportunidades de acesso incondicional de todos - independentemente de suas condições econômicas ou sociais - a serviços eficientes de educação, saúde, segurança e justiça.

Chegue, Prefeito César Maia. Esta Casa recebe V. Exa. para o debate franco, com a certeza de que sua voz encontrará eco nestas Minas que são gerais e que tanto amamos.

Ao colega Deputado George Hilton, meu abraço fraterno pela filiação ao PFL. Seja bem-vindo ao reduto liberal - reduto liberal formado agora por seis parlamentares, liderados pelo mais novo Deputado de Minas, que já desponta no cenário estadual. Ao nosso Líder, Deputado Gustavo Valadares, brioso companheiro, meu abraço fraterno, extensivo a todos os colegas de bancada.

Aos Senadores, Deputados Federais e membros do Diretório Nacional do Partido da Frente Liberal, o abraço amigo do povo mineiro. Esta Casa, centro do diálogo democrático, é enriquecida com a presença de V. Exas. Obrigado, pois, pela honrosa presença de todos. Aos presentes de todas as regiões do Estado, os votos de uma proveitosa manhã em defesa dos princípios liberais. Permitam-me cumprimentá-los e agradecer a presença dos companheiros das regiões do Alto Paranaíba e Noroeste mineiro, onde garimpo os votos de meus ideais, pois aqui vieram para expressar o irrestrito apoio à minha caminhada de lutas. Obrigado, amigos. Ações assim fazem com que nos sintamos mais próximos do paraíso.

Saibamos, pois, senhoras e senhores, conservar a esperança que nos motivou a vir aqui. A esperança de que somos capazes de construir um mundo onde não tenhamos o medo da liberdade. Sejam bem-vindos ao parlamento mineiro. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Gustavo Valadares

O nosso Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, já agradeceu, de antemão, as palavras carinhosas do companheiro. Exmos. Srs. César Maia, Prefeito do Rio de Janeiro; Jorge Bornhausen, Presidente do PFL Nacional; Danilo de Castro, nosso Secretário de Governo; Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República, companheiro e amigo; Eliseu Resende, Presidente do PFL Estadual, nosso grande comandante; Agripino Maia e César Borges, Senadores da República; José Carlos Aleluia, nosso Líder na Câmara dos Deputados; Rodrigo Maia, nosso Líder na Câmara dos Deputados, que muito nos honra; Nonô, 1º-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, membro do nosso partido; Francelino Pereira, nosso ex-Senador e Governador, grande professor, minhas palavras serão breves. Quero agradecer a presença de todas as lideranças, Prefeitos, Vereadores, em especial das autoridades que vêm de outros Estados, em nome da Bancada do PFL. Nosso partido muito nos orgulha, pois tem sido coerente desde o início do último mandato. Foi eleito pelo povo para ser oposição a este Governo e tem desempenhado esse papel com muita seriedade, com muita responsabilidade e, acima de tudo, com muita coerência. Hoje assumimos um novo papel, quando começamos a discutir um novo modelo macroeconômico para este País, modelo este que, tenho certeza, será a melhor solução a ser apresentada nas próximas eleições. Prefeito César Maia, tenha certeza de que, nesta Assembléia Legislativa, V. Exa. terá o apoio de toda a Bancada do PFL. Honramo-nos por tê-lo como pré-candidato à Presidência da República. Tudo faremos para que ecoem seus discursos do Rio de Janeiro nas montanhas de Minas Gerais. Muito obrigado a todos, e que aproveitem a nossa palestra.

Filiação do Deputado George Hilton

O Deputado Federal Eliseu Resende - Esta será uma palavra breve do Presidente do partido em Minas Gerais, para agradecer a honrosa presença de Prefeitos, Vice-Prefeitos, ex-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores e lideranças políticas. Esta é uma reunião promovida em sessão especial pelo PFL na Assembléia Legislativa do Estado, para receber a visita do Prefeito César Maia, com a presença de figuras exponenciais da comissão executiva nacional do partido, debater e discutir com César Maia o momento político e administrativo do País e as graves questões sociais e econômicas que hoje tanto preocupam a sociedade brasileira. Os trabalhos desta reunião serão conduzidos pelo Presidente da comissão executiva nacional, Senador Jorge Bornhausen, a quem passarei a palavra brevemente.

Antes disso, peço licença aos presentes para que formalizemos a filiação ao nosso partido do Deputado George Hilton. Peço a sua presença para a assinatura da filiação partidária, que será abonada pelo Presidente Jorge Bornhausen e pelo Sr. César Maia, Prefeito do Rio de Janeiro. Solicito a presença dos três para que formalizemos e oficializemos esse precioso e valioso recrutamento para o nosso partido, a filiação do Deputado George Hilton.

- Procede-se à assinatura de ficha de filiação.

Palavras do Deputado Federal Eliseu Resende

O PFL se debruça em reflexões, procurando sempre atualizar a sua plataforma e o seu programa estratégico de ação. Cada vez mais, procuramos aproximar-nos da fiel interpretação dos anseios do povo, sem perder de vista as suas origens, como a da sua fundação. Liberdade e democracia são a tarefa do PFL. O partido é um guardião da liberdade e da democracia. Desejo fazer uma menção e pedir uma salva de palmas para aqueles que estão aqui presentes hoje e que lideraram o movimento de 20 anos atrás com a fundação do PFL, para assegurar a democracia e a liberdade de voto. Quero mencionar as figuras de Jorge Bornhausen, Marco Maciel, José Agripino Maia e Francelino Pereira, que lideraram, há 20 anos, esse histórico movimento de liberdade e de democracia no País.

Ao promover essas reflexões por meio de reuniões como esta, o PFL procura atualizar o seu programa para, como já disse, ficar mais fiel aos anseios do povo e, particularmente, manifestar-se em termos do sentimento de que o povo, no Brasil de hoje, requer os atributos da modernidade, da competência e da eficiência administrativas e o atributo da ética, tão rarefeitos no exercício do Governo, como assistimos no País hoje.

Exatamente para debater as questões com nossos candidatos, transfiro a palavra ao Presidente da Executiva Nacional do partido, Senador Jorge Bornhausen, para que possa conduzir os trabalhos que objetivam ouvir o Prefeito César Maia, com a participação deste Plenário. Muito obrigado.

Palavras do Senador Jorge Bornhausen

Queridas amigas e amigos que se reúnem hoje nesta Assembléia Legislativa, numa reunião visando à preparação do nosso partido para as eleições de 2006; caro e querido amigo Presidente Elmiro Nascimento; Deputado Danilo de Castro, que representa o Governador Aécio Neves, que muito nos honra; companheiros de bancada no Senado e na Câmara dos Deputados; companheiros Deputados Federais de Minas Gerais - destacam-se três ex-Ministros que honram a nossa bancada -; companheiro Secretário de Estado, companheiros dessa jovem bancada na Assembléia Legislativa, houve concordância por parte de todos aqueles da Executiva Nacional, que aqui estão para homenagear o PFL de Minas e sua direção, de que o espaço será dado ao Prefeito César Maia, que, em 16 de dezembro do ano passado, em reunião do diretório nacional, foi lançado como nosso pré-candidato à Presidência da República. Assim, diante da objetividade que deve ter esta reunião, passo imediatamente a palavra ao Prefeito César Maia.

Palavras do Prefeito César Maia

Senador Jorge Bornhausen, caro companheiro Presidente, Sr. Secretário de Governo, cumprimento todos os companheiros e companheiras, Vereadores, Prefeitos, Deputados Federais e Estaduais, Senadores, Governadores e ex-Governadores na presença maior do ex-Governador Francelino Pereira e do nosso Presidente, Senador Marco Maciel.

Presidente, olho para este Plenário e não vejo nem uma fumacinha aqui dentro, nada. Fico pensando quantas vidas foram poupadas de fumantes e não fumantes em função do trabalho do Deputado constituinte, hoje Secretário, Elias Murad. No Congresso Nacional, havia apenas uma palavra na luta contra o tabagismo; uma não, existiam duas. Deputado Elias Murad, agradeço os anos a mais de vida que terei graças ao amigo.

Em Minas, sinto-me em casa. Cheguei aqui há 40 anos para estudar Engenharia de Minas na Escola de Ouro Preto. Aqui formei-me como militante político. Não pude me formar como engenheiro por conta das restrições à democracia que existiam naquela época.

Aqui freqüentei algumas prisões, a 4ª Companhia e o DOPS, que me trazem boas lembranças. Aqui fiquei largos meses detido e aqui aprendi o que significa a importância de se viver em um regime democrático. Outro dia estava em uma entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura, e aquele discurso de colocar a questão econômica na frente da questão democrática surgiu da palavra de uma jornalista. Eu dizia: "Cuidado. A democracia é um valor em si mesmo. Não existirá progresso, não existirá justiça, muito menos social, se não defendermos com destemor o regime democrático." Esse é nosso principal compromisso. Quando nos perguntarem qual é o compromisso básico do Partido da Frente Liberal, inquestionavelmente é com a democracia.

Não pretendo fazer um discurso, até porque o PFL está em processo de discussão acerca daqueles pontos de nosso programa que foram superados com o tempo, com os 20 anos de PFL. E do outro lado, daqueles elementos que constituirão os compromissos de nós todos com essa próxima conjuntura, nos próximos dois, três, quatro anos, no nosso programa de Governo. Para isso, há quase um ano o PFL chamou o concurso de estudiosos, consultores, professores e acadêmicos para desenhar alguns documentos básicos e submetê-los à discussão do nosso partido. Recentemente, em um seminário em Brasília, o PFL submeteu várias dessas teses a seus militantes, a seus dirigentes. É a partir daí que trabalho, para que possamos chegar em junho com essas idéias cristalizadas.

Apresentarei três perguntas e 15 teses curtas, para nossa reflexão, para nosso debate, não apenas aqui, mas principalmente depois que nossa reunião for concluída, para que continuemos discutindo nos nossos diretórios municipais, entre nós, convocando aqueles que têm conhecimento específico mais desenvolvido, para que possam, junto conosco, identificar os caminhos do progresso sustentável do nosso País. As três perguntas são: Por que a economia brasileira não cresce de forma sustentável? Por que nesses últimos 25 anos, tendo partido do mesmo ponto - em vários casos, de um ponto mais à frente - de tantas outras economias do mundo, como Hong Kong, Coréia do Sul, China, Taiwan, Chile e por aí vai, a economia brasileira teve um crescimento bisonho, que mal supera o crescimento da população? Nesses 25 anos, o crescimento médio geométrico esteve na casa de 2,5%. Por quê? Por que razão na economia brasileira é tão difícil derrubar a inflação? A inflação no Equador, que viveu uma situação de golpes e contragolpes, assim como no Peru e no Chile, se sustenta no nível de 2% a 3%. Por que o Brasil precisa tomar tantas medidas regressivas para que a inflação se mantenha num nível de 10% ou de 7,5%, como é o acumulado nesse mês de março, e mais ainda será no mês de abril? Por que os juros são tão altos no Brasil?

São três perguntas: Por que não crescem, por que a inflação é tão difícil de cair e por que os juros são tão altos? Venho acompanhando isso com 15 teses. Vou falar de forma afirmativa, mas quero que sejam entendidas como tese de provocação do debate e nada mais do que isso. Primeiro, uma questão que é difícil para os empresários, os economistas e os meios de comunicação entenderem: há uma preliminar na economia que é política. Quanto maiores as incertezas políticas quanto ao futuro, mais as decisões dos atores econômicos caminham em direção ao curto prazo. Se não se consegue identificar cenários para daqui a sete anos, trabalha-se no curto prazo. Essa é uma razão que leva a economia a ter dificuldade de crescimento, os juros a serem mais altos, a inflação a ser difícil de ser derrubada. Por essa razão também, nunca a economia brasileira consegue trabalhar com taxas de juros pré-fixadas. É sempre um valor muito pequeno da dívida pública e da dívida particular. O medo do que vai acontecer no futuro leva sempre à utilização de taxas pós-fixadas, que são ratificadoras da inflação em cada conjuntura. Todos esses riscos políticos terminam precificados. Eles vão aos preços do dinheiro, das mercadorias, portanto, vão aos juros e vão à inflação. A taxa "prime" da economia brasileira está em 19,5%, e qualquer economista sênior que trabalha em organizações internacionais fora do País afirma que, nas mesmas condições brasileiras, essa taxa poderia estar em 13% se o risco político não fosse esse com que estamos convivendo. Isso vale para a inflação. Na medida em que há incerteza em relação ao futuro, as empresas antecipam o seu ajuste de preço, impulsionando um processo inflacionário que nunca consegue ser reduzido, a não ser a golpes de regressividade social, como taxas de juros muito altas e recessão.

Então, essa é a primeira tese. Por que essa insegurança política? Porque a cada dia que passa a natureza verdadeira do Governo do PT torna-se mais transparente. A natureza do Governo do PT é autoritária, processam uma dinâmica que leva a sociedade a imaginar que a sua natureza mudou, como um mágico faria com uma das mãos enquanto realiza a mágica com a outra; como um "boxeur" faria, fingindo que golpeia com uma mão para dar um golpe mais forte com a outra, de maneira que tenham um segundo mandato em que possam abrir a sua natureza autoritária. Estamos vendo intervenções nas agências reguladoras, tentativa de se criar um conselho de jornalismo para controlar a imprensa, tentativa de se criar um conselho para controlar o rádio e a televisão. Aí está o MST ferindo o direito de propriedade. Ocorreram mais de 30 invasões apenas em Pernambuco no mês de abril; aí estão as ligações internacionais do Governo do PT; aí esteve o ato em que o Supremo Tribunal Federal derrubou, de forma contundente, uma unidade da Federação, no caso, o Rio de Janeiro. A presença da Ministra de Relações Exteriores do governo americano serviu para que essa natureza fosse mais bem-explicitada.

Se o Governo cresce, só há três opções: diminuir a renda das famílias que são tributadas ou diminuir a renda das empresas, que, com isso, perdem capacidade de investimento e de criação de empregos, ou o caixote cresce. Se a economia brasileira vive encilhada e o caixote não cresce, essa opção, em médio prazo, é eliminada. Cada vez que o Governo aumenta tributos, só há duas formas de fazê-lo: reduzindo a renda das famílias ou das empresas e, conseqüentemente, a capacidade de investimentos das empresas e a criação de empregos.

Num país pobre ou em desenvolvimento, como o nosso, o consumo das famílias, para que vivam precariamente, tem de atingir 50% do PIB. Atualmente o Brasil já não tem acesso à poupança externa, em vista do processo de endividamento que ocorreu nos anos passados. Para que a economia brasileira cresça mediocremente, comparando-se com os países asiáticos, a uma taxa de 4,5% ou 5%, é necessário que a poupança interna alcance 25% do PIB. Se as famílias, para viverem razoavelmente, de forma regular para baixo, precisam consumir 50% do PIB, e se as empresas precisam investir 25% do PIB, o tamanho do Governo tem de ser 25% do PIB. Se o tamanho do Governo é 36% do PIB, incluindo o setor externo na carga tributária, é necessário que o consumo das famílias diminua e que a taxa de investimentos caia. Com isso, é necessário que se produza um processo socialmente regressivo. Por outro lado, é necessário que a economia cresça a essas taxas ridículas de 2,5% ao ano, com um valor médio, em médio e longo prazos.

É uma suspeita que podemos confirmar. Li uma entrevista do Sr. Gerda, no último final de semana, numa revista semanal, em que ele dizia que a tributação incidente sobre a sua empresa, no Brasil, alcança 45%. A mesma empresa, produzindo a mesma coisa nos Estados Unidos, sofre uma tributação de 14%. É claro que, na margem, investirá cada vez mais nos Estados Unidos do que no Brasil. Reparem o setor exportador, apesar da taxa de câmbio, que inexplicavelmente se situa hoje em patamares que tornam inviável parte das atividades de exportação para empresas que operam com nível intermediário de atividade, incluindo-se o caso da soja. O preço do algodão despencou, inclusive o fator câmbio, praticamente para a metade: o preço da arroba caiu de R\$22,00 para R\$13,00. Se o setor exportador, assim mesmo, cresce e sobrevive, é porque a taxa global de tributos sobre a exportação é muito diferente dos 40% para o mercado interno. Seria 10%, 14% ou 15%, conforme o setor. Essa é uma demonstração inequívoca de que há uma correlação muito alta entre o crescimento econômico e a carga tributária.

A quarta tese é que nos últimos 25 anos, o Brasil, entre os países com significação no mundo, foi aquele em que a produtividade média menos cresceu. Estou falando de todos os países com significação. Ora, se o Brasil, num mundo competitivo cada vez mais aberto como este em que vivemos, que exige competitividade dos países, não consegue acelerar sua produtividade, evidentemente que nossa economia transfere para dentro, socialmente, os problemas que poderia resolver se fosse uma economia mais competitiva, com taxas de produtividade maiores, o que afetaria o nível dos preços, jogando-os para baixo.

Por quê? Em primeiro lugar, essa carga tributária produz um efeito defensivo em empresas diversas em relação à sua negação.

Ora, as grandes empresas que incorporam tecnologia mais avançada não podem sonegar impostos, podem interpretar a legislação, mas não têm margem para sonegação. Aquelas que sonegam fugirão mais da tributação. Fogem da tributação, mas a tecnologia nelas incorporada é muito baixa. Contribuem, por meio de seu crescimento, para uma produtividade média mais baixa. As que possuem mais tecnologia incorporada e são mais tributáveis têm a sua capacidade de investimento inibida.

Uma vez em que a poupança nacional flutua nesse nível medíocre de 17%, 18% ou 19%, e, novamente, as empresas com maior capacidade de atrair poupança para si ou de abrir poupança são as mais produtivas, outra vez, inibem sua participação, reduzindo a produtividade média do País.

Outro fator importante é o gasto público. O Deputado Federal Eliseu Resende, durante uma conversa que mantivemos no aeroporto, comentava que, há muitos anos, os investimentos em infra-estrutura no Brasil não eram tão medíocres como o são agora. O que significa investimentos medíocres em infra-estrutura? Significa que o custo-país do Brasil é muito alto: buracos nas estradas, portos improdutivos e por aí vai. O que temos visto nos últimos anos - não apenas, de forma mais intensa, nestes dois anos e quatro meses de Governo Lula - é um deslocamento do gasto público, de gastos em investimentos, para gastos assistencialistas. Ninguém tem dúvidas em prestar assistência a uma pessoa que, desesperada, precisa de um prato de comida. Mas deixará de precisar desse prato de comida, se a economia crescer, se o poder público criar as condições para esse crescimento: diretamente, por meio de seus investimentos, e, indiretamente, reduzindo o custo-país, com investimentos em infra-estrutura. Um gasto público deslocado de investimentos para um gasto assistencial é deslocado de empresas com taxas de produtividade maior para os setores de taxa de produtividade menor, os setores de consumo familiar. Novamente, a produtividade média da economia despencou.

Sexta tese. A estrutura tributária brasileira conspira contra o crescimento. De um lado, a CPMF, que é um tributo espalhado. Sendo espalhado e aplicado de forma discricionária aos setores da economia, afeta mais os setores de mais alta produtividade. Há necessidade urgente de que essa contribuição seja apenas de caráter fiscalizador, mínima, e que as receitas provenientes dessa contribuição possam engrossar as que não têm esse papel regressivo que tem a CPMF.

A base dos fundos de participação de Estados e municípios, que são Imposto de Renda e IPI, é inconveniente, porque os fundos são muito importantes para a vida de Estados e municípios, especialmente os mais pobres. Para eles, os fundos são meramente arrecadadores. São dois tributos típicos de política econômica, que não podem ser tributos horizontais com função arrecadadora. Há necessidade de se reformular a base dos fundos e incrementá-los, para que seja feita uma redistribuição tributária em direção aos Estados e municípios mais pobres.

Esse estrangulamento de Estados e municípios pode verificar-se nos Estados que são mais bem geridos hoje no Brasil. É o caso de Minas Gerais. O Governador Aécio Neves realiza um esforço gigantesco de boa administração e, finalmente, consegue equilibrar as contas do Estado na margem. Mas, quando se abre a apresentação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - de Minas relativa ao ano de 2004 - é publicada na Internet a execução por via da LRF no último dia de janeiro -, ainda se verifica que os restos a pagar processados e os restos a pagar não processados superaram os recursos em caixa de Minas Gerais, em função da herança recebida pelo Governador em mais de R\$3.000.000.000,00. Exatamente da mesma forma, o Estado do Rio Grande do Sul. No Estado do Rio de Janeiro é um pouco menos, mas a mais de R\$2.000.000.000,00. A Prefeitura de São Paulo, da mesma maneira, em torno de R\$2.000.000.000,00.

Essa asfíxia de Estados e municípios é traumática do ponto de vista social, pois eles têm a responsabilidade maior de reduzir as desigualdades no nosso País, e é grave do ponto de vista político, porque afeta o núcleo da democracia brasileira, que é a Federação. O presidencialismo e a república não são cláusulas pétreas da nossa Constituição. Foram submetidos a plebiscito anos atrás. A Federação é uma cláusula pétrea. Essa é uma questão de fundo. Não se pode olhar o que está acontecendo com a Federação brasileira do ponto de vista tributário, econômico e

político de braços cruzados. Por isso, o Governador de Minas Gerais propõe uma revisão do pacto federativo.

Sétima tese. O ICMS deve, inevitavelmente, continuar sendo o grande tributo da economia brasileira, como o é, por exemplo, nas economias européias, como imposto de valor agregado. Porém, a legislação do ICMS precisa ser federalizada. Por quê? Se o Brasil se propõe a participar de zonas de livre comércio, é impensável fazê-lo sem a federalização da legislação do principal tributo que incide sobre a indústria e o comércio. Quando o Estado X decide, para defesa de sua economia, produzir uma vantagem fiscal, não está realizando uma guerra fiscal apenas contra os demais Estados, mas contra os países que fazem parte dessa zona de livre comércio. Não há como ter um MERCOSUL desenvolvendo-se, se a Argentina tem um IVA centralizado na legislação, e o Brasil tem um ICMS bem centralizado na legislação.

Oitava tese. É urgente desmobilizar a dívida ativa do País. A dívida ativa da União, da previdência social, de Estados e municípios alcança no Brasil valores próximos a R\$400.000.000.000,00. Se excluirmos a dívida ativa não mais cobrável - porque a empresa não mais existe ou porque foi uma empresa "laranja", para sonegação de tributos -, essa dívida ativa líquida alcança cerca de R\$300.000.000.000,00. É um atrativo. As empresas preferem ganhar tempo esperando a próxima anistia, que acontece aqui e ali e, em nível da União, de vez em quando, uma anistia mais radical, um REFIS, o que surgir. É necessário que se desmobilize essa dívida ativa em mercado, por meio de um instrumento que, securitizando a dívida, permita a uma empresa em dívida ativa, em mercado, em Bolsa, comprar ou vender dívida aos preços que o mercado definir, através de títulos específicos de dívida pública, para que se possa levar essa dívida ativa a patamares muito menores e para que o círculo fiscal se complete: arrecadação, fiscalização, litígio, julgamento e execução.

Se esse ciclo não estiver completo, haverá um estímulo ao não-pagamento, esperando-se algum tipo de política mais frouxa e desesperada da União, dos Estados e dos municípios, buscando-se, por meio de uma anistia, gerar receita a curto prazo.

Nona tese. Créditos acumulados pelos Estados em relação à exportação. O competente Governador da Bahia, Paulo Souto, outro dia dizia no jornal: "Desse jeito, o Estado da Bahia não pode mais ser sede de novas empresas exportadoras. O Estado não resiste a tanto crédito acumulado.". Qualquer análise que se faça disso remete-nos a soluções de médio e longo prazo, e a nossa economia não pode esperar. Um caminho seria aquele associado à oitava tese: por meio de lei nacional, autorizar as empresas com crédito acumulado a executá-los contra a dívida ativa da União. Se não estiver na dívida ativa da União, podemos negociar com outras empresas que estejam. Se aparecer alguém que diga ser muito influente junto a uma Secretaria de Fazenda do Estado, a um Governador, desafio que essa empresa aceite pagar com deságio, para o bem ou para o mal, de 50%. Se é assim que acontece, é melhor que aconteça em mercado, que esse benefício seja transferido para uma empresa que esteja em dificuldades, para que possa sair dessa situação por meio dessa negociação.

Tese nº 10. A nossa previdência. Em 1998, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 9.717, que define restrições e estabelece parâmetros para os fundos de aposentadoria e pensão da União, dos Estados e dos municípios. Com raríssimas exceções, nenhum Estado cumpre essa lei. A começar pela União, que até hoje não constituiu o seu fundo, não separou as despesas previdenciárias das despesas assistenciais, passando pelo Estado de São Paulo, que até hoje não constituiu um fundo de aposentadoria e pensão, os maiores Estados brasileiros não observam o teto de 12% na despesa de aposentados e fica por isso mesmo, prorroga-se por mais um ano. Acho que agora a prorrogação está vencida, esqueceram-se de fazê-la e ninguém cumpre a Lei nº 9.717. Aliás, no Brasil, muitos Estados e municípios não cumprem até a Emenda nº 29, da saúde pública.

Tese nº 11. A LRF deve ser aplicada à União. Temos uma lei de responsabilidade fiscal que cada vez mais, com o apoio da opinião pública e com enorme destaque por parte dos meios de comunicação, submete Governadores como Itamar Franco, Benedita da Silva, Garotinho, como a Prefeita Marta Suplicy, a um processo, tendo em vista que a insuficiência financeira leva o governante a ser penalizado com até dois anos de cadeia.

Por que razão a União não precisa aplicar as restrições da LRF? Temos de, no Congresso Nacional, enquadrar o Governo Federal e determinar que ele seja o primeiro a cumprir a LRF. O Governo Federal fala na LRF com volúpia, com entusiasmo gigantesco, e não há parâmetro da LRF que ele cumpra. O Governo Federal esconde as despesas do seu pessoal, empurrando-as para a Previdência Social. Na verdade, deveriam ser pagas pelo orçamento da União, para não se dizer de endividamento do serviço da dívida e assim por diante.

À medida que o Governo Federal decidiu que o câmbio deve flutuar - e o câmbio flutuando faz flutuar o Índice Geral de Preços - IGP - da Fundação Getúlio Vargas, fortemente impactado pelo índice de preços de atacado -, não se pode ter uma dívida renegociada com os Estados e com os municípios baseada em um indicador que flutua com o mercado externo, seja de bens e serviços, seja de capitais. Portanto, há necessidade de se substituir o IGP pelo IPCA no cálculo da correção da dívida dos Estados e dos municípios.

Do ponto de vista ético e fiscal, deveria discutir-se, inclusive, se essa conta não deveria vir do momento em que o câmbio passou a flutuar - portanto, de janeiro de 1999. O ético seria considerar esse momento e refazer os cálculos das dívidas dos Estados e dos municípios. Bem, que não se faça isso, mas que seja feito daqui para frente.

Tese 12. O Governo Federal trabalha com o conceito de superávit primário. O Brasil é o único país do mundo que trabalha com esse conceito. Por quê? O Brasil viveu um processo longo de hiperinflação, de superinflação. Com a superinflação, se fosse incluído o serviço nominal da dívida, chegar-se-ia a números extravagantes. Mas, uma vez que o Brasil passou a controlar o processo inflacionário, não se justifica que seja o único país do mundo a se expor à análise do FMI, das qualificadoras de risco, oferecendo como objetivo fiscal o superávit primário. O País tem de oferecer como objetivo fiscal o superávit nominal. O Brasil tem de produzir superávit nominal, ou seja, superávit que, nas despesas, inclua os serviços da dívida pública.

Tese 13 - faltam apenas duas. A política externa do Governo Lula é um dos maiores desastres de todos os tempos neste País. Não porque, do ponto de vista ideológico, tenhamos divergências graves com esse Governo. Se um país quer ser visto com seriedade no âmbito do complexo dos países, é necessário que aqueles elementos desse país, que estão não apenas sob o julgamento e crivo do nosso eleitor, mas também dos outros eleitores, produzam consensos nacionais. Se a política externa for, certamente, o elemento mais importante, e for feita uma ruptura de política externa, não se passará por um processo de lenta transição. O risco-país irá ao infinito, e se agravará o risco político, que comentei no início da apresentação.

São essas coisas que vemos todos os dias. Hoje o Ministro José Dirceu nos permitiu fazer o julgamento que quisermos, deixando uma frase incompleta, com reticências: "A nossa relação com o Presidente Chávez é...". Deixa-nos pensar que relação é essa. Não imagino que o Governo brasileiro e o Presidente Chávez namorem. As relações entre eles não devem ser de amor nem familiares. Imagino que sejam políticas, ideológicas, muito profundas.

No ano passado, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil negou seu voto à retirada das forças sírias do Líbano, mas legitimamente pretende compor como membro permanente nesse conselho. Ontem, ou anteontem, vi pela televisão as forças sírias de ocupação retirarem-se do Líbano e lembrei-me de que o Brasil não deu seu voto para a retirada das forças sírias do Líbano. Por aí vão os exemplos.

Essa afirmação do Brasil pega muito bem para aqueles que estão longe do que é a necessidade do País de desenvolver as relações Sul-Sul. Eles se esquecem de que todos os países, sem exceção, que migraram do Terceiro Mundo em direção ao Primeiro Mundo, tiveram acesso ao

mercado norte-americano. Todos, a começar pela China. Sem acesso ao gigantesco mercado norte-americano, dificilmente conseguiremos ter presença sustentável, ativa e significativa no mercado internacional, exceto como celeiro do mundo, pois cada vez mais o Brasil ganha esse título pelo esforço gigantesco realizado pelo setor rural.

Tese 14. Se a poupança externa já não é acessível ao País, temos duas questões que resolver. Uma é a questão política interna, o risco político interno; a segunda é a segurança produzida pela política externa. Se o acesso à poupança externa é muito difícil, o investimento novo, direto, despencou nestes últimos anos. Se o Brasil não oferece segurança política e não corrige sua política externa, mais grave será essa situação e mais difícil será respondermos apenas internamente por uma necessidade de poupança que nos conduza ao crescimento que se sustente.

Tese 15. A natureza da esquerda tradicional, não da esquerda moderna como vemos na Europa, é antifederativa. Não há um país onde a hegemonia da esquerda tradicional se imponha ou se tenha imposto em um país federado. Segundo, a natureza da esquerda tradicional é antilegislativa. O Governo Federal descobriu um truque para fechar o Congresso Nacional sem precisar usar do concurso do Exército. Se o Governo Federal decide que a Câmara dos Deputados não vai funcionar, manda 20 medidas provisórias e pára o trabalho da Câmara dos Deputados. Não precisa do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de bomba nem de prender ninguém. É só mandar 20 ou 30 medidas provisórias, e param os trabalhos da Câmara dos Deputados, como está ocorrendo neste momento.

A esquerda tradicional não se conforma com a convivência com um Poder Judiciário autônomo; por isso, entre essas medidas de escalada autoritária, estava a tentativa de amordçar o Ministério Público, instância do sistema de justiça, embora não do Poder Judiciário. Por isso baixam decreto como esse contra o Rio de Janeiro, na expectativa de que o STF se vá submeter a uma medida que atropela a Constituição brasileira; por isso é que, a cada decisão da justiça, há entrevistas concedidas por líderes e próceres da esquerda tradicional, dentro do PT e do PCdoB, questionando uma decisão tomada pelo Poder Judiciário. Se acompanharmos cada declaração, cada improviso, cada tentativa de medida do Governo Federal do PT em relação à Federação, ao Legislativo e ao Judiciário, identificaremos com muito mais facilidade essa natureza autoritária presente no Governo.

Palavras do Senador Jorge Bornhausen

Em primeiro lugar, quero relembrar que, no dia 30/10/2002, três dias após a vitória, no segundo turno, do atual Presidente da República, a direção nacional do PFL, por meio de sua Executiva Nacional, emitiu uma nota, dando nossa posição, nosso entendimento sobre o comportamento que deveríamos ter em relação ao novo Governo que iria instalar-se. Nessa data, posicionávamos como Oposição responsável e fiscalizadora. Esta tem sido a nossa atitude desde o primeiro dia do atual Governo. O que entendemos por responsabilidade na Oposição? Entendemos que não basta colocarmo-nos contra o Governo, não basta criticar aquilo que entendemos estar errado. Precisamos apresentar soluções à sociedade brasileira. Uma oposição consistente é aquela que mostra o erro, analisa as circunstâncias em que está ocorrendo e apresenta uma solução. E foi com base nesse comportamento que balizamos nossas lideranças na Câmara, no Senado e nas Assembléias Legislativas. A voz da Oposição sempre se fez presente, condenando, mas também apresentando soluções. Quando discutimos assuntos de importância para o País, como por exemplo as reformas tributária e da Previdência, em nenhum momento o PFL apresentou-se contra. Pelo contrário, sempre apresentamos emendas que pudessem aprimorar o texto, para que pudéssemos obter resultados positivos. Chegamos, na nossa convenção de maio de 2003, que ratificou essa posição, a uma decisão que brotava na sociedade. Realizamos uma cruzada contra o aumento de tributos, aumentos esses que se tornaram rotina na atual administração, volúpia de Castro, independentemente de qualquer crise nacional e internacional. Neste ano, fomos surpreendidos com a Medida Provisória nº 232, que sacudiu o País e que teve a palavra de repúdio do PFL, no dia 3 de janeiro, dia em que o "Diário Oficial" de 30/12/2004 circulou, já de forma ilegal. A voz do PFL fez-se presente durante os 90 dias, nascendo um movimento muito forte, uma frente, que nos ajudou, no Congresso Nacional, com os partidos de oposição, com o PDT, com o PSDB, a impedir mais esse sacrifício inútil de grande parte da sociedade brasileira, dos prestadores de serviço e dos pequenos agricultores. Tem sido essa a nossa missão. Reunimo-nos no dia 16 de dezembro - e aqui quero fazer uma homenagem ao Presidente do conselho consultivo nacional, Dr. Francelino Pereira - para decidir a posição que deveríamos adotar de ocupação de espaços importantes, evitando a calamidade de um segundo Governo do PT e de Lula. Vivemos um grande gesto de desprendimento e de coragem do Prefeito César Maia em aceitar ser o condutor das nossas idéias, que coincidem com o desejo da grande maioria da sociedade brasileira, com responsabilidade e um reflexo imediato, a unidade partidária. A voz da Oposição, no PFL, passou a ser unânime e permanente no alerta à sociedade brasileira sobre os atos de autoritarismo e uma política externa equivocada. Ganhamos densidade graças à decisão de ocuparmos espaços para evitar uma reeleição que será nefasta para o País.

Agora, completamos um ciclo exatamente na apresentação de uma proposta ao povo brasileiro. Resolvemos fazer o congresso de refundação, que nos leva a lembrar a fundação do partido. Muitos aqui presentes fundaram o partido em Minas, no Brasil, um ato de coragem. O mundo mudou, 20 anos se passaram, precisamos nos reciclar, modernizar e atualizar. Daí, o Instituto Tancredo Neves e o partido fizeram com que vários especialistas apresentassem sugestões para um Brasil melhor, mais moderno, crescendo e com aquilo que todos desejam: menos impostos e mais empregos. Por meio de documentos do Prof. Lavareda, aqui presente, do Prof. Cláudio Adilson Gonçalves, do Dr. Raul Veloso, do Prof. José Pastore, do Dr. Everardo Maciel, do Dr. Carlos Eduardo Gonçalves, do ex-Presidente do Banco Central, Sr. Gustavo Loyola, e do Dr. Celso Campos de Toledo, colecionamos o que há de melhor no pensamento brasileiro. Por meio da capacidade de síntese do eminente companheiro Gustavo Krause, ex-Ministro do Meio Ambiente, tivemos uma primeira versão apresentada da junção de todos esses documentos para uma discussão prévia no partido, que foi acrescida desta palestra inteligente em conteúdo e com demonstração de capacidade e de competência de quem conhece o País e vê o seu futuro, o Prefeito César Maia. Esses documentos estarão à disposição dos diretórios estaduais e, por meio destes, dos diretórios municipais e dos Vereadores, aqueles que fazem o dia-a-dia do serviço público e partidário. Assim, vocês poderão enviar sugestões para aprimorarmos aquilo que já está realizado e concretizado no papel. É isso o que desejamos.

Realizaremos um congresso e receberemos a Internacional Democrata de Centro, no Rio de Janeiro, nos dias 18 a 20 de maio. Estarão presentes representantes de 100 partidos políticos do mundo, e, ao final do congresso da IDC, com a presença do Prefeito e na sua cidade, com a presença do nosso candidato à Presidência da República, haverá o lançamento do nosso congresso de refundação.

Até lá, todas as sugestões serão muito bem-vindas pela vivência de cada um no dia-a-dia, que é muito importante e que respeitamos muito.

E no Congresso todos estarão convidados a comparecer no dia 16 de junho. Na véspera, pretendemos fazer uma reunião com todos os Deputados Estaduais do partido no Brasil, pois estaremos aptos a decidir por uma proposta de um Brasil melhor, em que o econômico e o social estejam contidos juntamente com a idéia de sociedade, através do partido, que é o nosso braço, e a ouvir e receber as informações e as sugestões da sociedade. Daí porque convocamos todos os presentes e, por intermédio dos presentes, todos os pefelistas de Minas Gerais, que realizam um belo trabalho de refundação do partido. Aqui começou a refundação no ano passado, quando, praticamente, tivemos que reiniciar os nossos trabalhos, mas com qualidade, acima de tudo, dos companheiros que ficaram na comissão executiva estadual, na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa e realizam esse trabalho de refundação, para que o partido seja sempre mais aberto e a liberdade esteja sempre presente entre todos os que compõem a nossa agremiação.

A partir da refundação de Minas, chegamos à refundação nacional e, da refundação nacional, chegaremos ao plano de governo e, do plano de governo, chegaremos a nossa etapa preparados, prontos para disputar a Presidência da República e o maior número de postulações de companheiros a Governos Estaduais. O partido estará em consonância com a sociedade, com audiência completa com a voz do povo e com as suas lideranças unidas em torno do eminente Prefeito e candidato César Maia. Da minha parte, muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 2 de maio, às 16 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/4/2005

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Biel Rocha e Paulo Piau e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Antônio Vítor Naves, publicado no "Diário do Legislativo" de 10/3/2005; Elisa Costa, Deputada Estadual, publicado no "Diário do Legislativo" de 1º/4/2005; Elaine Martins Parise, Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica, publicado no "Diário do Legislativo" de 11/3/2005; Antônio Augusto Anastasia, Secretário de Estado, publicado no "Diário do Legislativo" de 18/3/2005; Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, publicado no "Diário do Legislativo" de 31/3/2005. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.809/2004 em turno único (Deputado Paulo Piau); 1.297/2004, em 1º turno (Deputado Paulo Piau); 1.734/2004 em turno único (Deputado Biel Rocha); 1.411/2004 em turno único (Deputada Ana Maria Resende); 1.997/2004 em turno único (Deputado Marlos Fernandes); 2.003/2004 em turno único (Deputado Doutor Viana). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.955/2004 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: Deputada Ana Maria Resende). O Projeto de Lei nº 1.911/2004 foi convertido em diligência ao IEPHA. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.350, 4.351, 4.352 e 4.356/2005. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos dos Deputados Paulo Piau, em que solicita sejam convidados representantes do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica - SAEB -, realizado pelo INEP-MEC, e do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE -, realizado pela Secretaria de Estado de Educação, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre os resultados obtidos no Estado; Doutor Viana, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Segurança Pública, para debater a situação da segurança nas escolas públicas e particulares do Estado; Dalmo Ribeiro Silva (2), em que solicita seja remetido ao Governador do Estado ofício da Associação das Fundações Educacionais de Ensino Superior de Minas Gerais - AFEESMIG -, para conhecimento e apreciação, e em que solicita seja prorrogado o prazo de 30 dias para os municípios mineiros apresentarem ao IEPHA-MG projeto de levantamento de seu patrimônio, com vistas a fazerem jus ao ICMS Cultural; André Quintão, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Participação Popular, para debater, em audiência pública, a nova proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Escola Básica - FUNDEB -, que vem substituir o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no que se refere ao financiamento da educação infantil; e da Deputada Ana Maria Resende (2), em que solicita seja realizada audiência pública em reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater sobre o não- encaminhamento das tabelas salariais referentes ao plano de carreira dos servidores da UNIMONTES, bem como sobre a defasagem dos valores pagos a título de vale-transporte, vale-refeição e abono-família, e em que solicita seja realizada audiência pública em reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater sobre as dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos da educação do Estado que se deslocam para o meio rural para exercerem suas funções e não são contemplados com o vale-transporte e vale-alimentação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2005.

Doutor Viana, Presidente - Biel Rocha - Ana Maria Resende.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/4/2005

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Tereza Lara, André Quintão e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Doutor Ronaldo e Laudelino Augusto. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Felipe Estabile Moraes, publicado no "Diário do Legislativo" de 31/12/2004; Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas, publicados no "Diário do Legislativo" de 31/12/2004 e 7/4/2005; Teodoro Alves Lamounier, Secretário de Desenvolvimento Regional, publicado no "Diário do Legislativo" de 22/1/2005; Ricardo Mendanha Ladeira, Diretor-Presidente da BHTRANS, publicado no "Diário do Legislativo" de 24/3/2005; Antônio Augusto Anastasia, ex-Secretário de Planejamento e Gestão, publicados no "Diário do Legislativo" de 31/3 e 1º/4/2005; Félix de Sousa Araújo Sobrinho, Secretário Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de João Pessoa, solicitando seja estabelecido permanente intercâmbio de idéias e informações com esta Casa; e do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, solicitando, por meio da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte - ASMARE -, a realização de seminário para discussão do tema "Gestão de Resíduos Sólidos e Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis". O Presidente acusa o recebimento da **Proposta de Ação Legislativa nº 429/2005, da Associação Comunitária do Chonim de Cima, e comunica que designou o** Deputado André Quintão para relatar a matéria. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa nº 222/2004 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo pelo relator, Deputado André Quintão. A Proposta de Ação Legislativa nº 428/2004 é redistribuída ao Deputado Miguel Martini. Em seguida, é acatado pedido de prazo pelo relator. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Saúde para debater, em audiência pública, com as autoridades que menciona, a regulamentação da Lei nº 15.439, de 11/1/2005; e do Deputado Doutor Ronaldo, em que pede seja solicitado ao Governador do Estado a divulgação semestral do demonstrativo de pagamento de indenização às vítimas de torturas praticadas por agentes do Estado no período de 2/9/61 a 15/8/69. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 13/4/2005

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta e Fahim Sawan, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento de ofício do Secretário de Estado da Saúde, publicado no "Diário

do Legislativo", no dia 7/4/2005. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 1.642/2004, em turno único (Deputado Carlos Pimenta); Projeto de Lei nº 1.954/2004, em turno único (Deputado Fahim Sawan); Projeto de Lei nº 1.985/2003, em turno único (Deputado Ivair Nogueira) e Projeto de Lei nº 1.916/2004, no 1º turno (Deputado Adelmo Carneiro Leão). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência passa a palavra ao Deputado Fahim Sawan para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.089/2003, no 2º turno, mediante o qual opina pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido à discussão e a votação, é este parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.958/2004 (relator: Deputado Carlos Pimenta). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.385, 4.397, 4.398, 4.405, 4.406 e 4.407/2005 (este com a Emenda nº 1). O Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, apresenta requerimento solicitando a retirada da pauta do Requerimento nº 4.390/2005. Submetida à votação, é a proposição aprovada. A Presidência submete à discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.926 e 1.927/2004, os quais são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta, em que solicita sejam convidados representantes da Secretaria de Estado de Saúde e do Ministério da Saúde, responsáveis pelas gestões dos PSFs no Estado, visando revigorá-los para facilitar a implantação nos municípios; Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja convidado o Secretário de Estado de Saúde, para debater o cumprimento do art. 12, da Lei Federal nº 8.689, de 27/7/93 (prestações de contas); Maria Tereza Lara, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Participação Popular, para discutir, com os convidados que menciona, a regulamentação da Lei nº 15.439, de 11/1/2005; Fahim Sawan (2), em que solicita seja realizada audiência pública para debater a atual política de tratamento da depressão e outras patologias associadas a distúrbios da mente; em que solicita seja enviado ao Ministro da Saúde pedido de informações sobre as novas normas relativas à internação de pacientes graves em Unidades de Terapia Intensiva - UTI do SUS. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Rogério Correia.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 26/4/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gil Pereira, Marlos Fernandes, Luiz Humberto Carneiro e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.804/2004 (relator: Deputado Doutor Viana). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.444, 4.468 e 4.495/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Montes Claros, para discutir a proposta de alteração da legislação florestal que propõe aumento, de 20% para 40%, da área de reserva legal que toda propriedade rural deve manter. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Gil Pereira, Presidente - Doutor Viana - Marlos Fernandes.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 27/4/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os deputados, Jesus Lima e Maria Tereza Lara. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições carcerárias e questões relacionadas com a execução penal na cadeia pública e na unidade da APAC situadas em Itaúna e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Orlando Eustáquio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, justificando sua ausência na reunião. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto objeto da reunião. Registra-se a presença dos Srs. Eugênio Pinto, Prefeito Municipal de Itaúna, Donizete Geraldo de Lima, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna, representando o Sr. Orlando Eustáquio Rodrigues, Presidente da referida Câmara Municipal; Paulo Antônio de Carvalho, Juiz de Direito da Vara Criminal de Itaúna; Rodrigo Bragança de Queiroz, Promotor de Justiça da Vara Criminal de Itaúna; Valdeci Antônio Ferreira, Presidente da APAC em Itaúna; Major Edmondo Antônio Russo, Comandante da 108ª Cia Especial da PMMG de Itaúna; Robson Lima Goes, Delegado de Polícia Civil da 33ª Delegacia Seccional de Itaúna, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas; logo após, a Deputada Maria Tereza Lara solicita proteção especial para o detento Alexander McCartney. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Zé Maia, Presidente - Sargento Rodrigues - Antônio Júlio.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 27/4/2005

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Lúcia Pacífico e os Deputados Chico Rafael e Jesus Lima, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Chico Rafael, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Lúcia Pacífico, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o aumento das tarifas de energia elétrica pela CEMIG e comunica o recebimento de ofício do Sr. Álvaro Mesquita, Superintendente de Relações Institucionais da ANEEL, justificando o não comparecimento do Diretor-Geral daquele órgão nesta reunião. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados. Registra-se a presença da Sra. Maura Galuppo Botelho Martins, Gerente de Tarifas da CEMIG; dos Srs. Emilio Castelar Pereira, Superintendente de Planejamento Corporativo e Tarifas da CEMIG; José Aloise Ragone Filho, Superintendente de Engenharia e Coordenação de Operação e Manutenção da Distribuição da CEMIG; Luiz Fernando Rolla, Superintendente de

Relações com Investidores da CEMIG; Ricardo Augusto Amorim César, Assessor Jurídico do PROCON Estadual; Marcelo Correia de Moura Baptista, Coordenador-Geral do SINDIELETRO; Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do SINDIFISCO; e Maria do Céu Paixão Kupidowski, Coordenadora Executiva do Movimento das Donas de Casa, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Lúcia Pacífico e, posteriormente, ao Deputado Rogério Correia, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Estão presentes, também, os Deputados Alberto Pinto Coelho, Ricardo Duarte e Weliton Prado. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: da Comissão, em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Fazenda com vistas a promover estudos para redução da carga tributária incidente sobre o consumo da energia elétrica, e seja encaminhado ofício às lideranças dos partidos políticos que têm representatividade no Congresso Nacional, com vistas a que seja instalada Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades quanto aos critérios estabelecidos para o aumento da energia elétrica; e da Deputada Lúcia Pacífico, em que solicita seja formulado apelo ao Presidente da República com vistas a que seja reduzida a carga tributária incidente sobre o consumo de energia elétrica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2005.

Chico Rafael, Presidente - Lúcia Pacífico - João Leite.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2/5/2005

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, José Henrique, Antônio Carlos Andrada (substituindo este ao Deputado Márcio Kangussu, por indicação da Liderança do BPSP) e a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo esta à Deputada Elisa Costa, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.178/2005 é retirado de pauta, por não cumprir pressupostos regimentais. O Deputado Antônio Carlos Andrada, na condição de relator, solicita a distribuição de avulsos dos pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.004/2004, que conclui pela aprovação da Emenda nº 7 e pela rejeição das Emendas nºs 6, 8, e 9, apresentadas em Plenário, e pela aprovação da Emenda nº 10, e 2.008/2004, que conclui pela aprovação da Emenda nº 4, apresentada em Plenário. O Deputado Domingos Sávio, na condição de relator, solicita a distribuição de avulsos do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.006/2004, que conclui pela aprovação da Emenda nº 4. O Deputado Jayro Lessa, na condição de relator, solicita a distribuição de avulso do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.007/2004, que conclui pela aprovação da Emenda nº 5, apresentada em Plenário. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião de hoje às 20 horas e convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 20h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2005.

Domingos Sávio, Presidente - Jayro Lessa - José Henrique - Antônio Carlos Andrada.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 3ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, EM 3/5/2005

Foram aprovados, em redação final, os Projetos de Lei nºs 1.613 e 1.614/2004, do Governador do Estado; e o Projeto de Resolução nº 2.144/2005, da Mesa da Assembléia.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 28ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 4/5/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.907/2004, da Comissão de Educação, em que solicita ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Conselho

Estadual de Educação informações relativas à implantação de cursos de nível superior no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.964/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Chefe da Polícia Civil as informações que menciona, relativas à aquisição de placas de veículos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.991/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre a viabilidade de instalação de uma linha de ônibus circular ligando o bairro Jardim Montanhês ao centro dos Municípios de Ibitiré e Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.007/2004, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em que solicita ao Presidente do IEPHA informações sobre o projeto de revitalização do Parque das Águas de Caxambu. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.033/2004, da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita informação à Presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa sobre a retirada do programa Jornal Visual Minas que vinha atendendo à comunidade dos surdos do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.034/2004, da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita informações ao Diretor-Geral do DER/MG acerca do cumprimento da Lei nº 13.174/99, que dispõe sobre a proibição do transporte de passageiros em pé em veículos de transporte coletivo rodoviário intermunicipal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.966/2005, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Secretário da Fazenda informações sobre a aplicação das verbas captadas em 2004, através das taxas de segurança pública, contendo detalhamento da arrecadação e das despesas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.008/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação da Emenda nº 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.006/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação da Emenda nº 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.007/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça e com a Emenda nº 4, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação da Emenda nº 5.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, para o fim que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.004/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD -, e a oferecer garantias e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 4 e 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 7, pela rejeição das Emendas nºs 6, 8 e 9, e pela aprovação da Emenda nº 10.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.830/2004, do Deputado André Quintão, que altera dispositivo da Lei nº 13.438, de 30 de dezembro de 1999, que altera dispositivos da Lei nº 12.727, de 30/12/97, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos por serviços extrajudiciais, institui o selo de fiscalização e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 4/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o Programa Minas Ambiente e todos os seus subprogramas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 4/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.362/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 4.378, 4.379 e 4.391/2005, do Deputado Arlen Santiago; 4.380, 4.381 e 4.441/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.447 a 4.456/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.477/2005, da Deputada Elisa Costa; 4.489/2005, do Deputado Gustavo Valadares; 4.526 a 4.535 e 4.539 a 4.548/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.557/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.564/2005, da Deputada Ana Maria Resende; e 4.573 a 4.582/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 4/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.004, 2.006, 2.007 e 2.008/2004 e 2.178/2005, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.935 e 1.961/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 1.940/2004, do Deputado Padre João; 1.941/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 4.520/2005, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 4/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.063/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.550 e 4.551/2005, da Deputada Ana Maria Resende; e 4.570/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 4/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.556/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.565/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.569/2005 e 4.572/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 5/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 597/2003, do Deputado Wanderley Ávila; 2.022/2004, do Deputado Padre João; 2.042/2005, do Deputado Célio Moreira; 2.076/2005, do Deputado Marlos Fernandes; 2.100 e 2.138/2005, do Deputado Domingos Sávio, 2.143/2005, do Deputado Ricardo Duarte.

Requerimentos nºs 4.521/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.553/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.555/2005, do Deputado Domingos Sávio; 4.571/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 4/5/2005, destinadas, ambas, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade; e 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82; e dos Projetos de Lei nºs 1.830/2004, do Deputado André Quintão, que altera dispositivo da Lei nº 13.438, de 30/12/99, que altera dispositivos da Lei nº 12.727, de 30/12/97, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos por serviços extrajudiciais, institui o selo de fiscalização e dá outras providências; 2.004/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - e a oferecer garantias, e dá outras providências; 2.006/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a oferecer garantias e dá outras providências; 2.007/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e a oferecer garantias e dá outras providências; 2.008/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e a oferecer garantias e dá outras providências; e 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, para o fim que menciona; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de maio de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 597/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Wanderley Ávila, o Projeto de Lei nº 597/2003 visa declarar de utilidade pública o Instituto Renascer da Consciência, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Instituto Renascer da Consciência, constituído em 1990, sem fins lucrativos, possui como objetivos fundamentais o aprimoramento do ser humano e o desenvolvimento de uma cultura de paz e de uma visão holística da realidade.

Na consecução de suas metas, promove atividades que visem ao desenvolvimento pleno do ser por meio da arte, da filosofia e da ciência; bem como pesquisas na área da saúde e educação.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 597/2003 em turno único.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Leonídio Bouças, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.022/2004

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o Projeto de Lei nº 2.022/2004 visa a declarar de utilidade pública a Banda de Música Nossa Senhora do Rosário, com sede no Município de Alfredo Vasconcelos.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, fundada em 1957, sem fins lucrativos, tem por finalidade a reorganização e a manutenção, em sua sede, de uma banda de música com instrumentos de sopro e percussão. Ministra o ensino gratuito da arte musical para o aperfeiçoamento dos seus integrantes e a formação de músicos.

Dessa maneira, coopera com o aperfeiçoamento cultural da população e se faz presente em desfiles, solenidades, datas cívicas e festivas.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.022/2004, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Doutor Viana, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.042/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 2.042/2005 visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural Dominus, com sede nesta Capital.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação possui como objetivo valorizar a arte, enaltecendo todas as manifestações artísticas como essenciais ao aprimoramento da sociedade, especialmente de comunidades desfavorecidas e de meios artísticos em formação. Para atingir suas finalidades, promove cursos, seminários, shows, outros eventos e disponibiliza material fonográfico para os interessados.

Posto isso, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.042/2005.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.076/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Marlos Fernandes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Unidos Venceremos, com sede no Município de Araguari.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação, sem fins lucrativos, congrega seus associados para atividades culturais em benefício da comunidade. Institui e mantém escolas de teatro, realiza jornadas de desenho artístico e pintura e promove festivais de dança e música. Contribui, assim, para o sadio desenvolvimento sociocultural de Araguari.

Presta assistência social à coletividade, principalmente por meio de campanhas de doações de cestas básicas e roupas usadas, o que minoras as dificuldades da população carente.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.076/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.100/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Bloco Caricato Império de Cássia, com sede no Município de Ritápolis.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, sem fins lucrativos, objetiva a preservação de valores folclóricos presentes em nossa cultura. Seus associados desfilam nos dias de carnaval, trazendo humor e alegria para os habitantes de Ritápolis, que também participam do resgate das raízes dessa festa popular. A música é vetor de difusão cultural, traduzida, no caso, na rítmica do carnaval realizado por ela.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.100/2005.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.138/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Fórum Cultural e de Empreendimentos de São Tiago - FOCEST -, com sede no Município de São Tiago.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em análise se propõe ao resgate dos valores artísticos, gastronômicos, folclóricos, literários e educacionais do Município de São Tiago. Tem uma atividade empreendedora focada na pesquisa e em projetos abrangentes, que enriquecem a cultura e criam oportunidades de trabalho na região. Atua também em campos socioeconômicos que concorrem para o desenvolvimento do Município.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.138/2005.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.143/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Ricardo Duarte, o Projeto de Lei nº 2.143/2005 visa a declarar de utilidade pública a Associação das Tradições Folclóricas de Itapagipe - ASTRA -, com sede nesse município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação, de natureza filantrópica, possui como objetivo primordial incentivar e divulgar a cultura, preservando as tradições folclóricas. Presta, também, serviços de assistência social e, na área da saúde, conscientiza a comunidade sobre a importância da preservação dos recursos hídricos, da fauna e da flora e combate a poluição e a degradação do meio ambiente.

Por intermédio da Rádio Comunitária - RADCOM -, divulga as ações culturais e sociais desenvolvidas em prol dos moradores de Itapagipe.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.143/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2005.

Doutor Viana, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

25ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 27/4/2005

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, caras Deputadas, caros Deputados, telespectadores da TV Assembléia, amigos da imprensa, cidadãos presentes nas galerias, senhoras e senhores, no início deste ano legislativo ocupei esta tribuna para, de forma entusiástica, anunciar tempos de crescimento para a indústria calçadista de Minas Gerais.

Visualizamos, naquela época, um crescimento histórico da indústria, com geração de renda e empregos para o Estado. Os resultados positivos do ano de 2004, a conquista do mercado externo, a comprovada qualidade de nossos produtos, os preços competitivos em qualquer praça contribuíram para que, afastados do Brasil, os concorrentes externos nos dessem a certeza de um crescimento, como já afirmamos, histórico. Passados os primeiros meses do ano, constatamos ser outra a realidade. Os empresários brasileiros e mineiros do setor calçadista estão apreensivos. O futuro do setor passou a ser ameaçado, ou seja, a sujeitar-se a chuvas e trovoadas. Se observarmos os noticiários veiculados pela imprensa nos últimos 60 dias, veremos que as expectativas para a economia nacional este ano estão a esfriar. O motivo não é outro senão a política de juros altos imposta pelo Banco Central, bem como a cambial, com a desvalorização do dólar.

O jornal "Diário do Comércio", em várias edições e em diversas reportagens, tem mostrado que o crescimento da indústria está sendo afetado pela alta dos juros. Sábado passado, o jornal "Estado de Minas", em manchete, na primeira página, chamou-nos a atenção, ao relatar que o Diretor do FMI ataca a anomalia da taxa de juros no Brasil, quando afirma que "o custo elevado do dinheiro está fora dos padrões". Fico a perguntar, mas, sinceramente, não tenho resposta para as minhas indagações. Se o próprio FMI, órgão conservador e defensor das altas taxas de juros, visando a controlar a inflação e outras anomalias da economia, condena as altas taxas de juros praticadas pelo Brasil, por que as praticamos? O que há por trás dessa questão? Por que os Bancos oficiais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, não são usados como referência para reduzir as taxas de juros?

Receio que esses problemas provoquem uma perda de ritmo da atividade industrial do setor calçadista, ou seja, que o crescimento anunciado no início do ano se transforme em crise, causando mesmo desemprego, como recentemente anunciou o Presidente do Sindicato da Indústria Calçadista de Nova Serrana, e perda de renda.

Na reportagem já citada pelo jornal "Estado de Minas", o Diretor do FMI afirma que as boas expectativas de crescimento da economia brasileira estão baseadas em exportações variadas.

Não falarei pelos outros setores exportadores brasileiros, mas, quanto ao setor calçadista, afirmo que a política cambial não protege os exportadores de calçados, ao contrário, impede o seu crescimento. E os contratos de exportação para serem cumpridos, só com muito sacrifício, Sr. Presidente, pois na verdade estão causando prejuízos. Não sabemos até quando as empresas poderão honrar seus compromissos com o mercado externo.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - V.Exa. está trazendo a este Plenário uma reflexão muito profunda e séria ao defender, com muito denodo e garra, o setor calçadista, no qual V. Exa. tem sua base eleitoral e seus compromissos parlamentares.

V. Exa. está na área dos calçados e eu na do vestuário, das malharias, no coração dos circuitos das malhas, mais especificamente em minha querida Ouro Fino, que, juntamente com Monte Sião, Jacutinga, Borda da Mata, Inconfidentes, hoje é um pólo extraordinário de desenvolvimento e de geração de empregos.

V. Exa. traz essa reflexão sobre o FMI, quanto aos juros altíssimos, dos quais não temos mais a quem reclamar. Há também o posicionamento do Presidente Lula quanto ao mercado livre de importação, que trará os mais sérios prejuízos tanto ao setor calçadista quanto ao do vestuário.

Há poucos dias, tivemos a satisfação de participar de um debate junto ao SINDIMALHAS e pudemos ouvir os reclames de todos aqueles que fazem parte do complexo do setor de malharias. Sobre o assunto, temos dois requerimentos já protocolizados junto às comissões temáticas desta Casa. Convido V. Exa. a fazer coro às nossas manifestações trazendo aqui a FIEMG, os setores calçadista e de vestuário, enfim, todos aqueles envolvidos no mercado produtivo, que geram empregos, para que possa haver novo horizonte e nova perspectiva para o Estado, não obstante os juros extorsivos que estão sendo cobrados e o mercado livre que nosso Presidente nos deu "de presente", abrindo-nos para a China, com vistas a maior participação dentro da ONU. Como todos sabem, os jornais têm noticiado a pretensão brasileira de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Temos de criar, dentro de sua reflexão, uma Comissão Especial para discutir e tratar com seriedade esse tema. Sua região vive do setor calçadista, que hoje é a base de geração de empregos e do PIB do município, como é o caso de outras regiões. O mesmo acontece em Ouro Fino, nossa região do circuito das malhas.

Parabenizo V. Exa. Cobraremos atitudes, com veemência, em nome daqueles que trabalham e necessitam do emprego para sobreviver.

O Deputado Paulo Cesar - Agradeço o aparte do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Realmente precisamos unir o setor de calçados ao de confecções, pois o barco é o mesmo. É muito importante essa união em defesa de nossos empresários.

Meus caros companheiros, a indústria calçadista mineira é composta em sua infinita maioria por pequenas e médias empresas, que cresceram e ocuparam lugar de destaque na economia brasileira, graças ao empreendedorismo e à dedicação de seus dirigentes e muito, muito trabalho, sem apoio oficial por parte do Governo Federal.

O Deputado João Leite (em aparte)* - V. Exa. aborda um tema importante, que está apoiado especialmente pelas últimas pesquisas sobre emprego e desemprego nas seis grandes regiões metropolitanas brasileiras. Lamentavelmente, essa pesquisa acompanha a preocupação de V. Exa. da tribuna da Assembléia Legislativa. Há aumento de desemprego, e entendemos as dificuldades de todos no País em conviver com as altas taxas de juros. Não percebemos, por parte do Banco Central e do Governo, nenhuma vontade de mudar essa situação.

O último acordo feito com o FMI está ultrapassado, porque a União pratica um arrocho maior do que o pretendido por esse Fundo. O aumento na taxa de desemprego é permanente. As empresas que precisam de saúde para contratar trabalhadores infelizmente têm de conviver com o dinheiro mais caro do mundo. Os juros praticados pelo Brasil talvez sejam os mais altos do mundo. Não vemos nenhuma sensibilidade por parte da equipe econômica do Governo Federal para mudar essa situação.

Apoiamos o pronunciamento que V. Exa. faz da tribuna da Assembléia Legislativa. Nesse Governo, o social foi totalmente esquecido. Parabéns, Deputado Paulo César. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo também pelo seu pronunciamento. Aliás, V. Exa. coloca o dedo na ferida sobre o que está ocorrendo no País. Existem Estados produtivos e regiões produtivas, como a que V. Exa. tão bem representa, Nova Serrana. Tive o prazer e a honra de conhecê-la, em companhia de com V. Exa. Mas o que falta são políticas voltadas para a produtividade, que façam com que Estados e municípios tenham programas e projetos para a geração de emprego e de renda. Por essa ótica, é necessário que o Estado também conte com as políticas do Governo Federal para incentivar e fazer com que as pessoas que queiram investir o façam. Essa contrapartida do Governo Federal é importante. No momento em que o nosso Presidente manda a população tirar o traseiro da cadeira e correr atrás de juros menores, na verdade, está dando uma de Pôncio Pilatos, lavando as mãos. Está nas suas mãos o poder e a decisão de fazer algo mais concreto, de trazer uma luz para quem quer produzir, gerar emprego e renda no País.

V. Exa. está correto. Votei no Presidente Lula, e o meu partido, o PDT, também o apoiou no segundo turno, mas sentimos que seria o momento de não continuar hipotecando-lhe apoio e solidariedade por causa desses desvios de conduta, por exemplo, nos setores da geração de emprego e renda. O Governo deveria tratar o assunto com maior tranquilidade, sem complicar as questões financeiras nem praticar juros altos.

É o momento de fazer pronunciamentos como o de V. Exa. e os de Deputados Federais. Temos de promover uma cobrança ao Presidente da República. Ele acha que tudo está bem, mas, na verdade, nada está bem. O Presidente pensa que, com palavras dessa natureza e frases de efeito, o povo vai reagir, mas o povo espera é que S. Exa. reaja e apresente efetivamente um plano de governo. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Cesar - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Agradeço ao Deputado João Leite, que, por ser da nossa região, conhece os problemas. Tenho orgulho de pertencer a essa classe, de que participo e que acompanho por mais de 30 anos; razão pela qual, com muita segurança, posso falar, bem como cobrar do Governo uma política correta e justa para o setor calçadista.

A eleição histórica do Presidente Lula guardava consigo os ares da transformação, em busca de novos paradigmas. Como a maioria dos cidadãos brasileiros, acreditava que o nosso atual Presidente seria mais ousado, faria as mudanças que a nossa sociedade tanto esperava. Na área econômica, a mais delicada delas, esperávamos que o conservadorismo desse lugar a uma política justa, sem sacrificar os setores

produtivos, gerando renda e emprego, a políticas inovadoras para recuperar o poder de compra das classes menos favorecidas, propiciando o início de um processo de subtração das desigualdades econômicas que tantas injustiças geram.

Mais uma vez, somos obrigados a mirar o exemplo da Argentina, que abandonou o receituário do FMI e adotou medidas heterodoxas, acumulando um crescimento do PIB aproximadamente de 15,7% no biênio 2002-2003, com destaque para a política de exportação, na qual, quando necessário, o Governo intervém para manter o dólar em patamares que estimulem as exportações.

Há pouco, citei a preocupação do Presidente do Sindicato das Indústrias Calçadistas de Nova Serrana com o desemprego e a perda de arrecadação das indústrias. Se não adotarmos medidas concretas quanto à desvalorização do dólar e dos juros altos, o setor entrará em crise. As citadas perdas de arrecadação causarão diminuição de impostos e conseqüentemente desemprego em uma região que emprega aproximadamente 20 mil trabalhadores diretos e no mínimo 20 mil indiretos.

Este Deputado sempre foi conhecido no setor calçadista pelo seu otimismo; porém, essa realidade me faz um cético e recorro ao nosso ilustre conterrâneo, o Vice-Presidente da República, José Alencar, para fazer de sua afirmação a minha: "Com essa taxa de juros é impossível produzir". E acrescento: com essa taxa de juros e com essa política cambial, o setor calçadista está condenado a um retrocesso sem precedentes. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos que acompanham os trabalhos da Assembléia, cumprimento o Deputado que me antecedeu pelo seu pronunciamento, mesmo discordando de diversos apartes, em que foram abordadas as questões nacionais, que devem ser debatidas. O Brasil possui diversas possibilidades, mas ainda há muitos desafios.

Vou ater-me às questões estaduais, pois somos Deputados Estaduais, eleitos pelo povo mineiro. Não contestarei algumas questões abordadas. O descaso com a área social foi do Governo anterior, ou seja, do Governo Fernando Henrique. O Governo Lula, somente em Minas Gerais, aporta R\$1.500.000.000,00, o dobro do que o Governo do Estado repassa a todos os 31 projetos estruturadores.

Compartilho a nossa agenda política em que deve constar as preocupações da Assembléia Legislativa, Poder autônomo que estipula as suas prioridades e que deve incidir no debate estadual, e não simplesmente acompanhar a tramitação ou a rotina dos projetos encaminhados pelo Poder Executivo.

Nesse sentido, gostaria que abordássemos um assunto da maior urgência referente à necessidade do envio das tabelas remuneratórias dos servidores públicos estaduais. Não há serviço público de qualidade, nem política pública efetiva, nem Estado garantidor dos direitos de cidadania sem que o servidor seja valorizado e motivado e tenha os seus direitos respeitados. Com a intensa participação do Bloco PT-PCdoB e dos demais Deputados e Deputadas, a Assembléia aprovou os planos de carreira. Porém, a concretização desses planos depende evidentemente das tabelas remuneratórias. Não é justo que o servidor público estadual permaneça tanto tempo sem o reajuste das tabelas e não seja devidamente respeitado. Não podemos concordar com o baixo piso salarial em todas as áreas, tais como educação e saúde, e nas carreiras do Estado. Portanto, é prioridade, não somente para nós, do Bloco PT-PCdoB, mas também para todos os partidos desta Casa, cobrar do Governo do Estado o envio urgente dessas tabelas.

Deputadas e Deputados, um segundo assunto já discutido na tribuna é a baixa execução orçamentária dos 31 projetos estruturadores do Governo do Estado. Não podemos concordar com projetos da importância do Minas sem Fome, da Eletrificação Rural no Noroeste, do Saúde em Casa, ainda que tentem se espelhar em projetos federais. Em Minas, possuem execução orçamentária de 5%, 8% e 0%. Deve haver problema na gestão ineficiente do Governo do Estado ou na liberação de recursos. Não podemos concordar que os projetos prioritários do Governo não tenham a intensidade que o povo mineiro precisa, especialmente nas regiões mais desassistidas.

Um terceiro assunto é a aplicação do mínimo constitucional na saúde, tema exaustivamente debatido pelos parlamentares do Bloco PT-PCdoB nesta Casa. Desejamos que o Governo do Estado cumpra a emenda à Constituição e aplique o mínimo exigido. Saúde significa defesa da vida e respeito ao ser humano e ao cidadão.

Há um outro ponto importante. Hoje, no Brasil, há vários e amplos programas federais, com nível de investimento bastante alto na área social. O maior deles é o programa Bolsa-Família, que unificou todos os programas de transferência de renda em curso no País. Atualmente repassa, em média, R\$75,00 para 6.800.000 famílias, num universo de aproximadamente 30 milhões de pessoas. No final do ano, atingirá 8.500.000 famílias; e, no final do Governo Lula, 11 milhões. O programa Bolsa-Família é fundamental, pois garante o direito básico dos cidadãos de obter as três refeições por dia. Esse compromisso de posse do Presidente Lula está sendo cumprido.

É necessário, também, o apoio efetivo dos Governos Estadual e Municipal, como é feito na cidade de Belo Horizonte, tão bem dirigida pelo nosso companheiro Prefeito Fernando Pimentel. Mas, no Estado de Minas Gerais, não estamos sentindo essa mesma contrapartida de investimento na área social. Precisamos de investimentos nessa área, nas regiões metropolitanas, no semi-árido mineiro, que hoje só tem programas porque tem recursos federais. Queremos, também, uma maior participação do Governo Estadual nessas áreas, para que os recursos sejam multiplicados e a velocidade da inclusão social seja aumentada no Estado.

Nessa agenda política, é preciso priorizar o servidor na melhoria do serviço público. Há, também, na questão social, um eixo prioritário no acompanhamento dos projetos estruturadores, porque são votados e aprovados pela Assembléia. É obrigação básica de cada Deputada e Deputado nesta Assembléia ter uma preocupação com a aplicação do percentual mínimo de investimento na saúde.

Entrando, agora, na agenda legislativa proposta pelo Governo Estadual, estamos para votar e discutir alguns projetos autorizativos para o Estado contrair empréstimos.

Deixo bem claro que o Bloco PT-PCdoB aprova o projeto autorizativo de contratação de empréstimo para o asfaltamento dos 224 municípios que ainda não têm ligação asfáltica, até porque esse, hoje, não é simplesmente um programa do Governo do Estado. Trata-se de um programa de toda a comunidade mineira, aprovado pelos Deputados e Deputadas desta Assembléia, e que consta no Plano Plurianual, amplamente debatido em audiências públicas, que conta com recursos da CIDE do Governo Federal e, portanto, tem o apoio do PT. Hoje estamos presentes em 827 municípios de Minas Gerais. Dezenas deles ainda não têm ligação asfáltica.

Queremos dizer que votamos em favor do Pró-Acesso no Plano Plurianual e que defendemos o empréstimo para o asfaltamento, assim como o defendemos para os projetos sociais no semi-árido mineiro, para eletrificação rural no Noroeste do Estado e para o apoio às empresas, especialmente às médias e às pequenas.

O Bloco PT-PCdoB, no entanto, quer externar uma preocupação em relação ao Projeto de Lei nº 2.004/2004, que autoriza o Estado a contrair empréstimo no valor de R\$500.000.000,00 para um objetivo genérico: consolidação do ajuste fiscal e parcerias para oferecimento de melhores

serviços públicos.

Ora, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, seria quase uma omissão da nossa parte, diante da situação financeira do Estado, a Assembléia, no estado de dificuldades em que Minas Gerais se encontra, conceder autorização para o Estado contrair empréstimo no valor de R\$500.000.000,00, com objetivos tão genéricos, sem o percentual de aplicação em cada área, sem saber sequer as condições em que esse empréstimo será contraído.

Portanto queremos demarcar a necessidade de discutir, como já fizemos na semana passada, com os representantes do Estado e com a base do Governo uma melhor especificação para esse projeto. É para modernizar a segurança pública? É para melhorar o atendimento na saúde? É para ampliar o investimento na área social? É para implantar o "campus" da UEMG, tão defendido pelo Deputado Ricardo Duarte? É para garantir melhores políticas públicas nas áreas que atendem as pessoas mais pobres? Vamos, então, especificar as prioridades no projeto de lei. Aí, então, com certeza contará com o nosso apoio. Agora, fica difícil o Bloco PT-PCdoB aprovar um talonário, em branco, de R\$500.000.000,00.

A Deputada Lúcia Pacífico (em aparte)* - Deputado André Quintão, também quero parabenizá-lo em vários tópicos da sua fala, inclusive quando se refere a um assunto da maior importância, as tabelas remuneratórias do servidor público, do professorado.

Quería lembrar aqui, Deputado André Quintão, que V. Exa. falou que temos de nos ater mais aos problemas de Minas Gerais. Concordo, pois, como Deputados Estaduais, temos essa função. Mas, além de mineiros, somos também brasileiros; então, trago aqui a indignação do povo mineiro a respeito da última fala do Presidente Lula, na televisão, o qual apoiamos no 2º turno. Ele disse que, ao invés de o povo ficar fincado com o assento nos bancos, devia procurar juros mais baixos. A questão dos juros é um problema sério. O Presidente não usou outra palavra, porque conseguiu se conter ao pronunciar "o assento fincado nos bancos". Não adianta procurarmos juros mais baixos, porque todos estão altos. Precisamos de políticas para baixar os juros, senão ninguém agüenta. Estamos vendo a pequena empresa e a microempresa engolidas pelas grandes empresas.

Quero agradecer, Deputado André Quintão. Estamos indo agora para uma audiência pública, na Comissão de Defesa do Consumidor, sobre a elevação de tarifas de energia elétrica. Temos de estar sempre atentos e não aceitamos o desrespeito com que o Presidente da República se referiu ao povo brasileiro. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão* - Concluindo, cumprimento os estudantes que visitam os trabalhos da Assembléia Legislativa. Parabéns também a Escola do Legislativo por seus programas de integração com as escolas, em especial o Parlamento Jovem, que teve a honra de coordenar no ano passado, como Presidente da Comissão de Participação popular. Quero informar que estamos colocando nossa pauta para o debate, a pauta da Oposição - tabelas remuneratórias, maior eficiência dos projetos estruturadores, maiores investimentos na saúde e na área social e muita responsabilidade na aprovação dos projetos de empréstimo, em especial aquele que não nos trouxe as devidas exigências, inclusive de percentuais de aplicação em cada área. Tenho a certeza de que a Assembléia Legislativa, como Poder autônomo, cumprirá sua agenda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Entre as várias questões pendentes no âmbito do Poder Executivo de Minas, avulta a dos precatórios alimentícios, que, em razão da base de sua formação e do elevadíssimo número de servidores envolvidos, denuncia não apenas a habilidade do Estado em postergar indefinidamente o cumprimento das leis a que se obriga, mas também a sua acabada insensibilidade para com aqueles que lhe dedicaram a força de seu trabalho e sua folha de serviços profissionais.

Para avaliar a gravidade da questão, permito-me recorrer brevemente a seus conceitos e às diversas leis que, em âmbito federal e estadual, dispõem sobre o assunto - e o fazem com perfeita e absoluta clareza.

Precatório é aquele pedido que o Juiz de primeiro grau faz ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para que este requirite ao Estado o valor necessário para pagar crédito reconhecido após sentença transitada em julgado.

Quando a base que o forma liga-se à idéia de subsistência ou manutenção de necessidades básicas, diz-se que o precatório é de natureza alimentícia. Como o dinheiro pago pelo trabalho prestado é essencial para a sobrevivência de quem trabalha, são, por essa doutrina, precatórios alimentícios todos aqueles relacionados a salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.

Em outras palavras, a matéria dos precatórios alimentícios é constituída pelo grande varejo das miúdas pendências resultantes de direitos trabalhistas negados a um ou outro ou a grupos de servidores públicos, esta grande massa que em Minas é de cerca de 450 mil pessoas, a quem se paga, via de regra, salários modestíssimos, para não dizer salários de sobrevivência.

Em razão da base de sua formação, ligada, como já se viu, à própria sobrevivência do credor, já se cogitou de liberar os precatórios alimentícios do regime geral a que se sujeitam os precatórios.

A Súmula 655, editada recentemente pelo STF, preferiu, no entanto, mantê-los sob o mesmo regime. Mas a discussão levantada não deixou de gerar seus benefícios. Enfatizou a delicada natureza dos precatórios alimentícios e a fortíssima implicação social que é própria deles, praticamente destacando a situação de penúria em que se encontra a quase totalidade dos servidores públicos no Brasil e que não é diferente em Minas Gerais.

Submetidos ao regime geral, que é ditado especialmente pelo art. 100 da Constituição da República, os precatórios alimentícios de que são titulares os servidores públicos mineiros, se apresentados ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais até 1º de julho de cada ano, são incluídos na lei do orçamento do exercício seguinte.

Com essa regra, cumpre-se a exigência formal de se garantir ao Estado oportunidade de prever dotação orçamentária para sua liquidação. À exigência cumprida pelo credor, segue-se a obrigação do devedor, que é a de o Estado liquidar os pagamentos até 31 de dezembro do exercício para o qual se tenha feito a previsão orçamentária. E é aí exatamente que surge o maior dos nós de toda a questão: o cumprimento dessa obrigação é postergado, e o Estado passa incólume por ela.

Com a postergação do pagamento, cristaliza-se uma situação de embate entre forças desiguais. De um lado, os servidores, cumprindo todas as exigências formais para a liquidação de seus direitos; de outro lado, o Estado, descumprindo a obrigação que lhe restou clara.

A tal ponto chegou a questão dos precatórios em Minas que hoje, neste ano de 2005, o Estado conseguiu, de grão em grão, chegar à espetacular quantia de R\$759.231.553,61, total da dívida com os servidores, quantia essa correspondente a 1.622 precatórios.

Mais da metade do valor total, exatos R\$465.873.033,89, o Estado deve a servidores do DER-MG, onde existem 365 precatórios alimentícios, claro sinal da negação de direitos a que o Estado vem submetendo aqueles valorosos servidores que tão bem já cuidaram das estradas em Minas, hoje em situação reconhecidamente dramática.

Ainda no que diz respeito ao DER, lembremo-nos de que os seus servidores não tiveram sequer os 10% concedidos às demais categorias em 1995.

Assim, o que existe hoje naquele órgão é uma massa de servidores com salários de dez anos atrás, a quem é negado, inclusive, o pagamento desses precatórios alimentícios de que hoje nos ocupamos nesta tribuna. Débitos que o Judiciário já reconheceu definitivamente, após o devido trânsito em julgado, como direito do servidor para a garantia de sua sobrevivência.

Para o descumprimento da obrigação de pagar, o Estado invoca sempre a justificativa da indisponibilidade financeira, à qual vincula queda de receitas, despesas imprevistas e urgentes, gastos com serviços essenciais. Deixa de admitir seu descaso com os servidores públicos, os mesmos que foram duramente penalizados por uma reforma que cortou benefícios sem cuidar de recompor os salários, criar perspectivas efetivas para todas as carreiras, apresentar tabelas salariais e prever adequadamente os necessários mecanismos de reajuste.

Uma evolução da legislação poderia vir a garantir que a liquidação dos precatórios passasse a independer da vontade política dos Governos. Mesmo que a já citada Súmula 655 tenha-se recusado a dispensar os precatórios alimentícios do ritual dos demais precatórios, alguns avanços menores já foram registrados, e outros poderiam ser acrescentados.

O Decreto nº 43.620, de 1º/10/2003, por exemplo, possibilita que 50% do saldo dos depósitos feitos em processos judiciais sejam convertidos em valores a serem creditados na conta única do Tesouro para pagamento de precatórios alimentícios. A Lei nº 14.699, de 6/8/2003, possibilita que os precatórios alimentícios de valor inferior a R\$9.600,00 sejam pagos em até 90 dias contados da intimação que o Juiz da execução fizer diretamente à entidade devedora, dispensada a passagem pelo Presidente do Tribunal de Justiça. A mesma lei previu a possibilidade de parcelamento de precatórios de valor maior, embora exclua dessa possibilidade os precatórios alimentícios.

Mesmo nessa legislação portadora de avanços, há espaços a fechar. É necessário, por exemplo, estudar-se a possibilidade de incluir-se entre os precatórios passíveis de parcelamento os precatórios alimentícios. Em princípio, a proposta pareceria contraditória, uma vez que os precatórios alimentícios requerem urgência de pagamento. Mas, talvez, eles acabem sendo prejudicados por isso mesmo, ficando fora de um benefício que, ao ser criado, só não os incluiu porque os considerou maiores que os demais, consideração essa que o Estado vem sistematicamente negando. Ademais, é necessário desenvolver-se o conceito de parcelamento, o que deverá ser feito na regulamentação da Lei nº 14.699, ainda faltante no mundo jurídico do Estado.

A evolução legislativa auxiliaria, obviamente, no desfecho da questão dos precatórios. Mas o Estado não precisa dela para efetuar a liquidação a que as leis existentes já o obrigam suficientemente. O Estado pode dispensar que novas leis o forcem ao cumprimento de uma obrigação mais do que clara. Basta que tenha vontade política. Basta que queira fazê-lo. Basta que tenha efetivamente em pauta sua obrigação para com os seus servidores.

Não é, senhores, com a fome de seus servidores que o Estado de Minas Gerais há de garantir seu déficit zero. Esperamos do Governo de Minas - Estado que estriba sua tradição na luta pela justiça e pela liberdade - que o déficit zero seja exatamente o contrário: que ele seja garantia de que o Governo romperá os grilhões de desrespeito com que os servidores estão hoje amarrados, honrará os deveres que tem para com eles e autorizará de imediato as transferências de recursos para o pagamento dos precatórios alimentícios para os quais já se tenha previsto disponibilidade orçamentária; que o Estado tenha a dignidade de orientar sua vontade política para o cumprimento da lei e para o respeito devido ao vulnerabilizado servidor público de nossos dias. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, colegas Deputados, cidadãos e cidadãs nas galerias, nesta Casa, o nosso compromisso maior é o de, seja em nível municipal, estadual ou federal, primeiramente, legislar, criando leis justas que vão ao encontro dos interesses e da necessidade do nosso povo, e o de fiscalizar o Executivo em todos os níveis. A competência desta Casa, sobretudo, é a de acompanhar o Executivo em nível estadual. Há também instrumentos na Assembléia Legislativa que possibilitam propor alguns programas ao Executivo, tendo este a liberdade de acolhê-los ou não, uma vez que há custos, pois não podemos criar uma legislação que gere despesas para o Executivo.

Geramos tantas polêmicas quando transferimos responsabilidades! Não contribuimos em nada com o cidadão quando discutimos se a competência é municipal, estadual ou federal, simplesmente buscando subterfúgios. Isso não enriquece em nada esta Casa e muito menos contribui para a cidadania. O povo mineiro já vem sendo prejudicado de tantas formas! Estão presentes estudantes. É importante que saibam que há professores no Estado recebendo R\$212,00. Isso é uma vergonha para todos nós. Esse é o piso salarial de muitos professores do nível P1 em Minas Gerais. O próprio Governo Federal dispõe de programas de transferência de renda que atingem quase R\$100,00, ou seja, metade do que recebe um professor em nosso Estado.

Seguindo essa linha, descobrimos que muitas decisões são da nossa competência. O Legislativo tem de buscar, junto ao Executivo, uma forma de implementar políticas públicas que garantam dignidade aos servidores e às pessoas que deles dependam, seja em relação à saúde, à educação, à ação social ou a outras áreas. Outras políticas devem nascer e estão nascendo, como a de segurança alimentar.

Amanhã haverá, aqui, um grande encontro com as regionais de todo o Estado, a fim de melhorarmos o Projeto de Lei nº 2.028, para termos uma política pública de segurança alimentar. Ai, sim, poderemos garantir dignidade para o povo. O Executivo e o Legislativo trabalham juntos em favor do povo mineiro.

Sr. Presidente, fiquei constrangido pelo Deputado que me antecedeu, mas o que me traz a esta tribuna é este apelo que faço a V. Exa. para a instalação de uma CPI do tráfico humano. Tráfico, porque não se trata simplesmente de imigração ilegal. A cada dia, agrava-se a situação de muitos brasileiros, sendo 80% mineiros, que vão para os EUA pelo México. Algumas pessoas são deportadas imediatamente, e outras são presas, inclusive crianças. Pessoas são iludidas por agências e "coiotes". Fazem-nas crer na segurança da travessia, mas muitos morrem pelo excesso de frio à noite, pelo calor escaldante, superior a 40º, durante o dia, e por picadas de animais peçonhentos.

Sr. Presidente, de outubro de 2003 a outubro de 2004, 8 mil brasileiros foram presos; de outubro de 2004 a abril deste ano, 16 mil brasileiros já foram presos. Repito, 80% são mineiros. A cada mês, mais de 3 mil brasileiros tentam atravessar a fronteira americana. Na semana passada, apenas no Texas, 236 foram presos, sendo 6 crianças. Alguns aguardam audiência em liberdade. Atualmente há 1.200 brasileiros presos, sendo 5 crianças. No Texas, há entre 300 e 350 mineiros presos. No domingo último, 58 brasileiros foram presos no México.

A cada dia, mais pessoas são presas. Na semana passada, foram trasladados, para Betim e para o Vale do Aço, os cadáveres de várias pessoas, mortas nessas condições. Insisto para que a Mesa instale, o mais rápido possível, a CPI do tráfico humano. Há indícios claros do envolvimento

dessas agências com lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, principalmente em Minas Gerais. Isso é grave, pois pessoas estão sendo quase escravizadas pelos "coiotes", que se apropriam dos seus bens, suas casas e seu dinheiro.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Gostaria de fazer três considerações. Primeiro, com relação à fala do Deputado Irani Barbosa. Se o Presidente assim se manifestou, foi uma infelicidade. Até concordo com o Deputado Irani Barbosa quando critica a postura do Presidente, mas pediria aos jovens presentes que não usassem essa maneira de criticar ou tentar corrigir a fala do Presidente.

Em segundo lugar, concordo com o Deputado Sávio Souza Cruz quando defende o pagamento dos precatórios alimentícios, principalmente aos funcionários do DER. No entanto, defendo o Governo Aécio Neves. No Governo passado, quando o próprio Deputado era Secretário de Administração, trabalhamos muito para solucionar essa questão, mas não alcançamos o resultado desejado. É necessário ter uma postura correta para resolver essas questões, que vêm se arrastando por longos anos. O Governo Aécio Neves está se ajustando para pagar os precatórios de Governos anteriores e o fará dentro de uma metodologia programática.

Em terceiro lugar, para terminar, parabeno o Deputado Padre João no que diz respeito à questão da imigração ilegal e do tráfico de seres humanos. Realmente, esse assunto nos preocupa. Não devemos instalar apenas uma CPI estadual, mas, sim, solicitar ao Congresso que faça uma CPI em nível nacional. Essa questão não é só de Minas Gerais, mas de todo o País. Há tráfico de seres humanos; pessoas estão sendo humilhadas e sofrem amarguras na ilusória tentativa de entrar nos Estados Unidos de forma ilegal.

Estamos de acordo com a sua intenção e sugerimos que a encaminhe ao Congresso, para que se crie uma comissão especial ou uma comissão parlamentar de inquérito para analisar a situação, a fim de que não deixemos mineiros e brasileiros padecerem no México e nos Estados Unidos. São essas as minhas considerações. Obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade, embora reconheça que meu pronunciamento foi prejudicado, pois as manifestações nas galerias nada tiveram a ver com minha fala, que se referia à CPI do tráfico humano. Peço a V. Exa. que, ao se dirigir aos outros membros da Mesa, atenda o nosso requerimento para que se instale a CPI do tráfico humano nesta Casa. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/4/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Juliana Gentil Braga do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Renata Gentil Braga do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Juliana Gentil Braga para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Bittar

nomeando Lilian Ferreira de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Acilda Rodrigues Gomes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando Renata César Batista Garcia do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Valdeni Santana Ferreira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Ivanildo Bosco Rodrigues para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Renata César Batista Garcia para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Valdeni Santana Ferreira para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Helvécio

exonerando Raquel Martins Cesar do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Raquel Martins Cesar para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando Ivanildo Bosco Rodrigues do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPSP;

nomeando Acilda Rodrigues Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPSP.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do disposto no art. 40, I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, e no laudo médico da Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 11/1/2005, assinou o seguinte ato:

aposentando por invalidez permanente decorrente de moléstia profissional, a partir de 1º/1/2005, com proventos calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/2004, o servidor Luiz Vieira Anzolin, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 17/5/2005, às 10h15min, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de 500 unidades de "mouse pads" tipo ergonômico.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na R. Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou, gratuitamente, por meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio ou informar um endereço eletrônico.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Reformalar Ltda. Objeto: manutenção corretiva e reforma de mobiliário. Objeto deste aditamento: alteração de subcláusula contratual. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-009.0001 33903900.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Distribuidora Igarapé Ltda. Objeto: fornecimento de água mineral. Objeto deste aditamento: prorrogação emergencial. Vigência: de 16/2/2005 a 15/5/2005 ou até o término do Procedimento Licitatório nº 12/2005 (o que ocorrer primeiro). Dotação orçamentária: 339030.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 30/4/2005, na pág. 31, col. 1, onde se lê:

"Luciene Costa Silva", leia-se:

"Luciane Costa Silva Vieira".